

1. COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Controle acionário

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Telefônica S.A., empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais.

b. Controladas

A seguir, descrevemos algumas informações sobre as empresas investidas.

Vivo S.A. (Vivo): Até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a exploração do SMP, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas. Sociedade cindida cujas parcelas cindidas foram incorporadas pela Companhia e TData em 1º de julho de 2013 (nota 1c).

A. Telecom S.A. (ATelecom): Até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a gestão de prestação de serviços de telecomunicações e de instalação, operação e manutenção de soluções *internet*, *intranet* e *extranet*, representação comercial, agenciamento, intermediação e distribuição de bens, comercialização, representação, locação e manutenção de sistemas, equipamentos e aparelhos de telecomunicações e informática em geral, consultoria, serviços e suporte técnico para especificação, implantação e manutenção de novos sistemas de voz, dados e imagem, importação e exportação de bens e serviços úteis à consecução do objeto social e participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. Sociedade cindida cujas parcelas cindidas foram incorporadas pela Companhia e TData em 1º de julho de 2013 (nota 1c).

Telefônica Data S.A. (TData): Tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs), bem como a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados com a exploração de soluções empresariais integradas, consultoria em telecomunicações, atividades relacionadas à prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, locação e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações.

Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TST): Até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações em geral e *internet*. Sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013 (nota 1c).

Ajato Telecomunicações Ltda. (Ajato): Até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e de informática, comércio, locação, importação, exportação, manutenção e conserto para esses equipamentos. Sociedade incorporada pela TST em 1º de julho de 2013 (nota 1c).

GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. (GTR-T): Até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações. Sociedade incorporada pela TST em 1º de julho de 2013 (nota 1c).

TVA Sul Paraná S.A. (Sul Paraná): Até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e edição de periódicos. Sociedade incorporada pela TST em 1º de julho de 2013 (nota 1c).

Lemontree Participações S.A. (Lemontree): Até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e gestão e comercialização de dados. Sociedade incorporada pela TST em 1º de julho de 2013 (nota 1c).

Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (CaTV): Até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura, assessoria e consultoria de telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e exploração de propaganda e publicidade em todas as modalidades. Sociedade incorporada pela TST em 1º de julho de 2013 (nota 1c).

Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança): Empresa com sede em Amsterdã, Holanda, com participação de 50% da Telefônica Brasil, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010. Até 8 de maio de 2012, a Companhia possuía uma participação acionária na Zon Multimídia, empresa do grupo Portugal Telecom que presta serviço de TV por assinatura, *internet*, distribuição de conteúdos audiovisuais, cinema e telecomunicações. Tal participação foi alienada em 8 de maio de 2012.

Companhia AIX de Participações (AIX): Tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Companhia ACT de Participações (ACT): Tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas direta e indiretamente e entidades controladas em conjunto e o percentual de participação acionária em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Em 30 de setembro de 2013

| INFORMAÇÕES GERAIS | | | | | |
|--|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------------|
| Investidas | Participação direta | | Participação indireta | | Participação Total |
| | Investidora | Participação | Investidora | Participação | |
| <u>Subsidiárias integrais</u> | | | | | |
| TData | Telefônica Brasil | 100,00% | - | - | 100,00% |
| <u>Entidades controladas em conjunto</u> | | | | | |
| Aliança | Telefônica Brasil | 50,00% | - | - | 50,00% |
| AIX | Telefônica Brasil | 50,00% | - | - | 50,00% |
| ACT | Telefônica Brasil | 50,00% | - | - | 50,00% |

Em 31 de dezembro de 2012

| EXERCÍCIO 2020-2021 | | | | | |
|--|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------------|
| Investidas | Participação direta | | Participação indireta | | Participação Total |
| | Investidora | Participação | Investidora | Participação | |
| <u>Subsidiárias integrais</u> | | | | | |
| Vivo | Telefônica Brasil | 100,00% | - | - | 100,00% |
| TData | Telefônica Brasil | 100,00% | - | - | 100,00% |
| ATelecom | Telefônica Brasil | 100,00% | - | - | 100,00% |
| TST | Telefônica Brasil | 100,00% | - | - | 100,00% |
| Ajato | - | - | TSTV | 100,00% | 100,00% |
| GTR-T | Telefônica Brasil | 100,00% | - | - | 100,00% |
| Sul Paraná | Telefônica Brasil | 79,29% | GTR-T | 20,71% | 100,00% |
| Lemontree | Telefônica Brasil | 100,00% | - | - | 100,00% |
| CaTV | Telefônica Brasil | 78,48% | Lemontree | 21,52% | 100,00% |
| <u>Entidades controladas em conjunto</u> | | | | | |
| Aliança | Telefônica Brasil | 50,00% | - | - | 50,00% |
| AIX | Telefônica Brasil | 50,00% | - | - | 50,00% |
| ACT | Telefônica Brasil | 50,00% | - | - | 50,00% |

c. Reestruturação Societária

Visando a simplificação da estrutura organizacional atual da Companhia, a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos por suas subsidiárias e a concentração da prestação desses serviços em duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral (TData), a Companhia protocolou na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em 15 de março de 2012, pedido de anuência prévia de reestruturação societária, que se tornou legalmente viável em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) através da Lei nº 12.485.

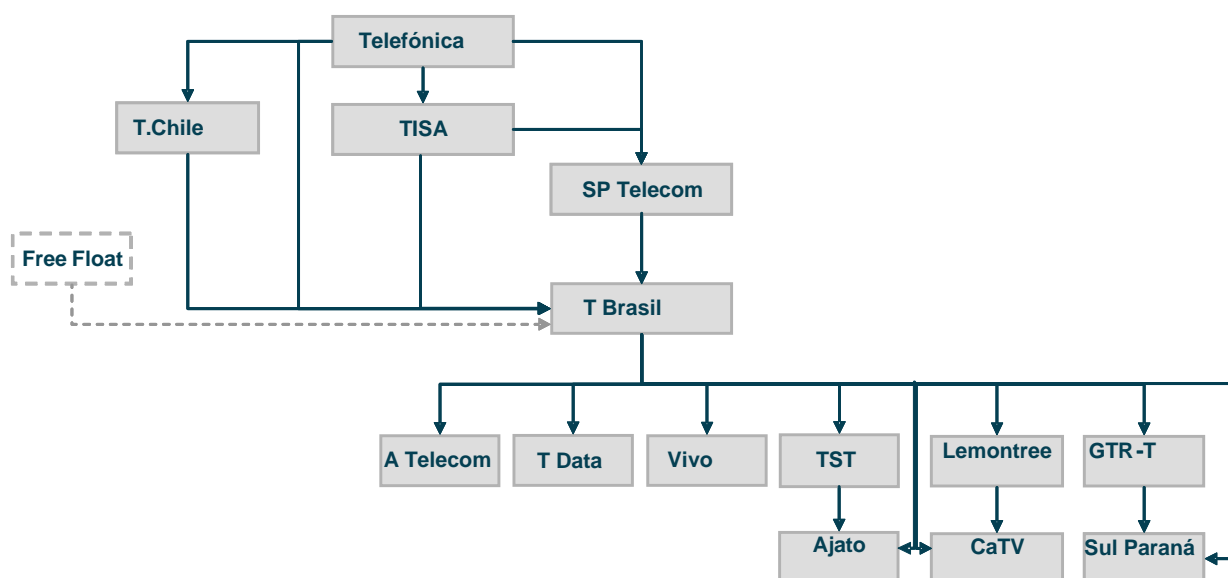
A referida reestruturação societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 3.043, de 27 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de maio de 2013, com as condicionantes nele previstas.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de junho de 2013, foram aprovados os termos e condições da reestruturação societária envolvendo subsidiárias integrais e sociedades controladas da Companhia.

A reestruturação societária foi realizada por meio de cisões e incorporações das subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de modo que as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo a prestação de serviços de valor adicionado conforme definido no art. 61 da Lei Geral das Telecomunicações (LGT) (tais atividades, conjuntamente e genericamente, designadas SVAs), prestadas pelas diversas subsidiárias integrais/controladas foram concentradas na TData e os serviços de telecomunicação foram unificados na Companhia.

As cisões parciais ou totais (conforme o caso) e a incorporação dos acervos líquidos das sociedades envolvidas ocorreram todas na mesma data e com a mesma data base (30 de abril de 2013), conforme segue: a Companhia incorporou (i) o acervo líquido cindido da TData, advindo de sua cisão parcial, correspondente às atividades relacionadas à prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM); (ii) o acervo líquido cindido da Vivo, advindo de sua cisão total, correspondente à exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP), do SCM e do STFC nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (PGO); (iii) o acervo líquido cindido da ATelecom, advindo de sua cisão total, correspondente às atividades relacionadas à prestação do Serviço de Acesso Condicionado (SEAC) (por meio da tecnologia DTH) e do SCM; e (iv) a TST, que passou a concentrar antes de sua incorporação pela Companhia, as atividades relacionadas à prestação do SEAC e do SCM.

O organograma simplificado a seguir, demonstra a estrutura societária antes da reestruturação societária:



A seguir, descrevemos resumidamente as etapas das cisões e incorporações das sociedades envolvidas no processo de reestruturação societária da Companhia.

- Incorporação da Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná pela TST: Imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, mas na mesma data, a TST incorporou sua controlada Ajato e as sociedades Lemontree e a GTR-T, subsidiárias integrais da Companhia e as respectivas controladas destas, Sul Paraná e CaTV. Estas sociedades foram avaliadas nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da TST e sua incorporação acarretou um aumento de capital de R\$102.512 na TST, tudo nos termos do Protocolo de Incorporação destas sociedades e a própria TST. Com as incorporações pela TST, a Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná foram extintas. Exceto pela Companhia e pela própria TST, as sociedades mencionadas acima não possuíam qualquer acionista e, portanto, a incorporação destas sociedades não acarretou qualquer direito de reembolso ou proteção a acionistas não controladores das sociedades envolvidas.

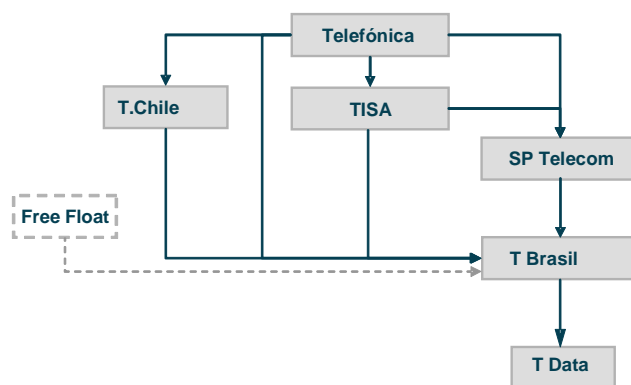
- Incorporação da TST pela Companhia: A TST foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013. Considerando a incorporação da Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná pela TST imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, o valor total do acervo líquido da TST (correspondente à soma dos acervos líquidos da própria TST e os acervos líquidos das sociedades por ela incorporadas), incorporado pela Companhia foi de R\$226.106.
- Incorporação do acervo líquido cindido da TData: A TData foi cindida, de modo a segregar de seu patrimônio líquido o acervo relacionado à prestação do SCM. A parcela do acervo líquido da TData incorporada pela Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor do acervo líquido cindido da TData em R\$34.724.
- Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da Vivo: A Vivo foi cindida de forma total, de modo a segregar as atividades de exploração do SMP, SCM e STFC, nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do PGO, cujo acervo líquido foi incorporado pela Companhia. Os SVAs e outros serviços não considerados serviços de telecomunicação foram incorporados pela TData, sendo a Vivo extinta. A parcela do acervo líquido da Vivo vertido à Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R\$10.228.352.
- Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da ATelecom: A ATelecom foi cindida de forma total, de modo a segregar o acervo líquido relativo aos SVAs prestados pela ATelecom, que foi incorporado pela TData. O acervo líquido das atividades remanescentes da ATelecom foi incorporado pela Companhia, sendo a ATelecom extinta. A parcela do acervo líquido da ATelecom vertido à Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R\$348.624.

As incorporações das sociedades e de acervos líquidos descritos anteriormente não resultaram em aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia, de modo que a reestruturação societária não acarretou qualquer alteração nas participações acionárias atuais dos acionistas da Companhia.

Não houve, também, que se falar em substituição de ações de acionistas não controladores das sociedades cindidas por ações da incorporadora, dado que a Companhia era, no momento da incorporação dos acervos e/ou sociedades conforme o caso, a única acionista das sociedades a serem cindidas/incorporadas. Desta forma, não foi produzido laudo de avaliação do patrimônio líquido a preço de mercado para cálculo da relação de substituição das ações de acionistas não controladores de que trata o art. 264 da Lei nº 6.404/76 e art. 2º, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 319/99, conforme recentes entendimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já demonstrados nas consultas formuladas em reestruturações semelhantes e conforme mencionado na Deliberação CVM nº 559, de 18 de novembro de 2008.

As incorporações das sociedades e parcelas cindidas conforme descritas anteriormente foram efetuadas sem solução de continuidade em relação às operações e aos serviços de telecomunicações por ela prestados aos seus clientes, sendo tais serviços sucedidos integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de julho de 2013, foi aprovada a reestruturação societária descrita anteriormente e o organograma passou a ser representado da seguinte forma:



d. Operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados, no Estado de São Paulo, através de STFC e autorizações, respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do PGO/2008 e de outros serviços de telecomunicações, tais como: comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga SCM e do SMP, em todo o país, e serviços de TV por assinatura (Serviço de Acesso Condicionado), sendo (i) via satélite em todo país; (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, até dezembro de 2013, em decorrência de renúncia assinada pela Companhia, cujos efeitos passam a vigorar a partir de 18 meses contados desde 5 de junho de 2012, como condição para participação no leilão 4G, ocorrido nos dias 12 e 13 de junho de 2012; e (iii) por cabo nas cidades de São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

As concessões e autorizações são outorgadas pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (notas 1.c.1 e 1.c.2). Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

d.1) Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO/2008.

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso, e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 2020. Esta condição permite à ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de setembro de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.392.817 (R\$6.911.508 em 31 de dezembro de 2012), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

d.2) Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

Em agosto de 2013 a Companhia celebrou com a ANATEL os termos de autorização para uso de blocos de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter primário, em consequência do realinhamento da banda "L" nas subfaixas de 1.975 MHz a 1.980 MHz para transmissão das estações móveis e 2.165 MHz a 2.170 MHz para transmissão das estações nodais.

Estes termos de autorização foram expedidos pelos prazos remanescentes estabelecidos nos termos do item 1.9 do edital nº 002/2007/SPV-Anatel, de 23 de outubro de 2007, a título oneroso, associados à autorização para a prestação do SMP, aditivo nº 01 ao termo de autorização nº 078/2012/PVCP/SPV-Anatel de 14 de agosto de 2013, publicado no DOU de 16 de agosto de 2013, vencendo em 29 de abril de 2023, prorrogável, uma única vez, por quinze anos, estando sua vigência condicionada à manutenção dos requisitos previstos nos termos.

O montante total pago pela Companhia para os referidos termos de autorização foi de R\$450.974, o qual foi registrado como ativo intangível (nota 12) e será amortizado pelos prazos remanescentes das licenças.

e. Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). É também registrada na Securities and Exchange Commission (SEC), dos Estados Unidos da América, e suas *American Depositary Shares* (ADS's) nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE).

e.1) Ações negociadas na BM&F Bovespa

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

Em Assembleia Geral e Extraordinária (AGE) de 3 de outubro de 2011 da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telecomunicações de São Paulo S.A. (Telesp), foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil.

e.2) Ações negociadas na NYSE

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADS's na NYSE, que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADS representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADS's com o código "VIV", na NYSE.
- Banco depositário no exterior: *Citibank N.A.*
- Banco custodiante no Brasil: *Citibank N.A.*

f. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália

A TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detinha uma participação de 46,2%) tem, por sua vez uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, sendo a maior acionista dessa companhia.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica S.A. realizou um acordo com os demais acionistas TELCO S.p.A., subscrevendo e integralizando um aumento de capital na TELCO S.p.A. no montante de 324 milhões de euros, recebendo ações classe "C" sem direito a voto, aumentando sua participação total para 66%, mas mantendo sua participação de 46,2% em ações com direito a voto.

Na segunda etapa deste acordo, a Telefónica S.A. participará de outro aumento de capital na TELCO S.p.A. no montante de 117 milhões de euros, recebendo ações classe "C" sem direito a voto, aumentando sua participação total para 70%, mas mantendo sua participação de 46,2% em ações com direito a voto.

A partir de janeiro de 2014, mediante aprovações de autoridades regulatórias e de defesa da concorrência em importantes mercados (que incluem o Brasil e a Argentina), a Telefónica S.A. terá a opção de (i) converter a totalidade ou parte das ações sem direito a voto para ações ordinárias classe C com direito a voto e (ii) adquirir as ações com direito a voto remanescentes da TELCO S.p.A. de propriedade de outros acionistas.

Desta forma, a Telefónica S.A. poderá ter o controle total sobre a TELCO S.p.A. e se tornará o maior acionista da Telecom Itália com 22,4% de participação com direito a voto.

A Telefónica S.A. detém controle indireto da Companhia e a Telecom Itália detém participação indireta na TIM S.A. (TIM), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica S.A., nem a Companhia e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica S.A. têm qualquer ingerência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações no Brasil, direto com as operações da TIM. A TIM (Brasil) e a Companhia competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras intermediárias comparam os trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de setembro de 2013 com 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de outubro de 2013, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras intermediárias, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 6 de novembro de 2013.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitidos respectivamente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e *International Accounting Standards Board* (IASB).

Para as demonstrações financeiras intermediárias individuais, as práticas do CPC diferem do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controlada. Pelo CPC é utilizado o método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos são avaliados pelo custo ou valor justo.

A Companhia e sua controlada não possuem operações sazonais.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, descritos a seguir:

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC), que não causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas demonstrações financeiras intermediárias:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou reciclados) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e controlada.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas emendas não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e controlada.

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (Revisado em 2011): Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Venture* passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta emenda não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e controlada.

IFRS 1 – Empréstimos do Governo (Revisões da IFRS 1): Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. As revisões entraram em vigor para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas revisões não causa impactos sobre a Companhia e controlada no período de aplicação inicial.

IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Revisões da IFRS 7): Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e controlada.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia efetuou análise da referida norma e não identificou impactos significativos sobre as informações trimestrais.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e controlada.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias: Esta revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC*), que causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas demonstrações financeiras intermediárias:

A IFRS 11 substituiu o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto (ECC) - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. A IFRS 11 eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma teve impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da Aliança, AIX e ACT. Com a aplicação da norma, os investimentos nas empresas citadas foram contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta entrou em vigor para exercícios anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

Para facilitar o entendimento dos efeitos decorrentes da aplicação desta norma, a seguir apresentamos as informações consolidadas do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e da demonstração de resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 com os devidos ajustes e algumas reclassificações efetuadas para melhor apresentação das informações consolidadas.

| | Balanço patrimonial divulgado em 31.12.12 | Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações | Balanço patrimonial de 31.12.12., divulgado em 30.09.13 |
|--|---|---|---|
| ATIVO | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.196.079 | (62.594) | 7.133.485 |
| Contas a receber, líquidas | 5.513.436 | (1.164) | 5.512.272 |
| Estoques | 387.809 | - | 387.809 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | - | 1.140 | 1.140 |
| Tributos a recuperar | 2.052.423 | (2) | 2.052.421 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 126.625 | - | 126.625 |
| Operações com derivativos | 41.109 | - | 41.109 |
| Despesas antecipadas | 248.337 | - | 248.337 |
| Outros ativos | 706.124 | (141) | 705.983 |
| Total do ativo circulante | 16.271.942 | (62.761) | 16.209.181 |
| Não circulante | | | |
| Aplicações financeiras em garantia | 109.708 | - | 109.708 |
| Contas a receber, líquidas | 93.378 | - | 93.378 |
| Tributos a recuperar | 738.965 | - | 738.965 |
| Tributos diferidos | 1.029.598 | (1.710) | 1.027.888 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 3.909.474 | (206) | 3.909.268 |
| Operações com derivativos | 286.278 | - | 286.278 |
| Despesas antecipadas | 31.396 | - | 31.396 |
| Outros ativos | 140.105 | (47.797) | 92.308 |
| Investimentos | 23.683 | 119.198 | 142.881 |
| Imobilizado, líquido | 17.610.851 | (6.707) | 17.604.144 |
| Intangível, líquido | 30.009.289 | (3.592) | 30.005.697 |
| Total do ativo não circulante | 53.982.725 | 59.186 | 54.041.911 |
| Total do ativo | 70.254.667 | (3.575) | 70.251.092 |

| | Balço patrimonial divulgado em 31.12.12 | Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações | Balço patrimonial de 31.12.12., divulgado em 30.09.13 |
|---|--|--|---|
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Circulante | | | |
| Pessoal, encargos e benefícios sociais | 416.355 | (103) | 416.252 |
| Fornecedores | 5.889.377 | (309) | 5.889.068 |
| Impostos, taxas e contribuições | 1.781.480 | (230) | 1.781.250 |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (a) | 1.255.323 | 14.799 | 1.270.122 |
| Debêntures | 702.215 | - | 702.215 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 467.831 | - | 467.831 |
| Provisões | 496.790 | - | 496.790 |
| Operações com derivativos | 29.586 | - | 29.586 |
| Receita diferida | 734.573 | - | 734.573 |
| Grupamento de frações de ações | 389.510 | - | 389.510 |
| Licença de autorização | 994.977 | - | 994.977 |
| Outras obrigações (a) | 379.454 | (14.836) | 364.618 |
| Total do passivo circulante | 13.537.471 | (679) | 13.536.792 |
| Não circulante | | | |
| Impostos, taxas e contribuições | 488.749 | - | 488.749 |
| Tributos diferidos | 1.216.651 | - | 1.216.651 |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (a) | 3.756.001 | 18.460 | 3.774.461 |
| Debêntures | 2.253.690 | - | 2.253.690 |
| Provisões (b) | 3.846.899 | (393.262) | 3.453.637 |
| Obrigações com planos de benefícios pós emprego (b) | - | 392.269 | 392.269 |
| Operações com derivativos | 26.545 | - | 26.545 |
| Receita diferida | 303.362 | - | 303.362 |
| Outras obrigações (a) | 144.179 | (20.363) | 123.816 |
| Total do passivo não circulante | 12.036.076 | (2.896) | 12.033.180 |
| Patrimônio líquido | 44.681.120 | - | 44.681.120 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 70.254.667 | (3.575) | 70.251.092 |

(a) Os montantes de arrendamento financeiro foram reclassificados de “Outras obrigações” para a linha específica “Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros”.

(b) Os montantes de passivo atuarial de planos de benefícios pós emprego foram reclassificados de “Provisões” para uma linha específica “Obrigações com planos de benefícios pós emprego”.

| | Demonstração de resultados do 3T12, divulgada em 30.09.12 | Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações | Demonstração de resultados do 3T12, divulgada em 30.09.13 |
|---|--|--|--|
| Receita operacional líquida | 25.021.083 | (8.829) | 25.012.254 |
| Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas (a) | (12.283.715) | (578) | (12.284.293) |
| Lucro bruto | 12.737.368 | (9.407) | 12.727.961 |
| Despesas com comercialização | (6.528.318) | - | (6.528.318) |
| Despesas gerais e administrativas | (1.604.454) | 8.019 | (1.596.435) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 191.005 | 158 | 191.163 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | (284) | (284) |
| Lucro antes das receitas (despesas) financeiras | 4.795.601 | (1.514) | 4.794.087 |
| Receitas financeiras | 832.324 | (334) | 831.990 |
| Despesas financeiras | (997.917) | - | (997.917) |
| Lucro antes dos tributos | 4.630.008 | (1.848) | 4.628.160 |
| Imposto de renda e contribuição social | (1.652.077) | 1.848 | (1.650.229) |
| Lucro líquido do período | 2.977.931 | - | 2.977.931 |

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC) ainda não em vigor em 30 de setembro de 2013

IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões do IAS 32: Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia e controlada no período de aplicação inicial e passam a vigorar para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração: A norma IFRS 9, conforme emitida reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS 39. A norma inicialmente vigorou para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia e controlada, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Caixa e contas bancárias | 47.789 | 18.398 | 50.883 | 94.304 |
| Aplicações financeiras | 8.457.248 | 3.060.884 | 8.579.325 | 7.039.181 |
| Total | 8.505.037 | 3.079.282 | 8.630.208 | 7.133.485 |

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Adicionalmente, não compondo os valores acima, a Companhia possui R\$411.010 de aplicações financeiras no ativo circulante e R\$119.597 de aplicações financeiras no ativo não circulante dadas em garantia a empréstimos próprios e de empresas do Grupo Telefónica e processos judiciais.

4. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Valores faturados | 3.921.557 | 1.622.311 | 4.270.496 | 4.032.169 |
| Valores a faturar | 1.758.710 | 804.965 | 1.876.244 | 1.675.091 |
| Valores de interconexão | 1.035.805 | 338.014 | 1.021.605 | 977.644 |
| Contas a receber bruto | 6.716.072 | 2.765.290 | 7.168.345 | 6.684.904 |
| Provisão para redução ao valor recuperável | (1.099.711) | (614.566) | (1.238.030) | (1.079.254) |
| Total | 5.616.361 | 2.150.724 | 5.930.315 | 5.605.650 |
| Circulante | 5.471.495 | 2.150.724 | 5.688.339 | 5.512.272 |
| Não circulante | 144.866 | - | 241.976 | 93.378 |

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Avencer | 4.031.186 | 1.395.227 | 4.290.024 | 4.297.961 |
| Vencidas – 1 a 30 dias | 775.286 | 377.142 | 787.873 | 718.838 |
| Vencidas – 31 a 60 dias | 292.330 | 113.042 | 295.752 | 218.930 |
| Vencidas – 61 a 90 dias | 221.966 | 51.107 | 225.004 | 188.835 |
| Vencidas – 91 a 120 dias | 82.639 | 27.955 | 88.012 | 60.648 |
| Vencidas – mais de 120 dias | 212.954 | 186.251 | 243.650 | 120.438 |
| Total | 5.616.361 | 2.150.724 | 5.930.315 | 5.605.650 |

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

A seguir demonstramos as movimentações da provisão para redução ao valor recuperável:

| | Controladora | Consolidado |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo em 31.12.12 | (614.566) | (1.079.254) |
| Ingressos (nota 24) | (313.128) | (569.342) |
| Baixas | 339.223 | 410.566 |
| Incorporação/cisão em 01.07.13 | (511.240) | - |
| Saldo em 30.09.13 | (1.099.711) | (1.238.030) |

A TData possui o produto “Soluciona TI” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo das contas a receber não circulante e consolidado, inclui R\$144.866 referente ao novo modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses.

O saldo consolidado das contas a receber referente às transações descritas acima, contempla os seguintes efeitos:

| | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 |
| Valor presente dos valores a receber | 481.179 | 294.245 |
| Receita financeira não realizada | 22.149 | 7.757 |
| Saldo bruto a receber | 503.328 | 302.002 |
| Provisão para redução ao valor recuperável | (100.871) | (86.648) |
| Saldo líquido a receber | 402.457 | 215.354 |
| | | |
| Circulante | 160.481 | 121.976 |
| Não circulante | 241.976 | 93.378 |

A seguir demonstramos o cronograma de vencimentos em 30 de setembro de 2013:

| | Consolidado | |
|-------------------------|--------------------------|----------------|
| | Contas a receber, brutas | Valor presente |
| A vencer até um ano | 239.203 | 239.203 |
| A vencer até cinco anos | 264.125 | 241.976 |
| Total | 503.328 | 481.179 |

5. ESTOQUES

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 |
| Materiais para consumo | 72.831 | 39.641 | 75.017 | 59.417 |
| Materiais para revenda (a) | 604.234 | 5.835 | 635.487 | 380.163 |
| Outros estoques | 8.269 | 3.835 | 8.269 | 4.005 |
| Total bruto | 685.334 | 49.311 | 718.773 | 443.585 |
| Provisão para redução ao valor realizável e obsolescência | (70.825) | (24.908) | (78.169) | (55.776) |
| Total | 614.509 | 24.403 | 640.604 | 387.809 |

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

| | Controladora | Consolidado |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldo em 31.12.12 | (24.908) | (55.776) |
| Adições | (32.244) | (114.681) |
| Reversões | 21.004 | 92.288 |
| Incorporação/cisão em 01.07.13 | (34.677) | - |
| Saldo em 30.09.13 | (70.825) | (78.169) |

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os valores da provisão para redução ao valor realizável e obsolescência estão demonstrados na nota 23.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

6.1 Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|--------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 119.638 | 106.693 | 123.212 | 141.620 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 370.031 | 453.933 | 375.388 | 528.109 |
| ICMS (a) | 1.714.292 | 366.211 | 1.717.419 | 1.631.088 |
| ICMS convênio 39/Portaria CAT 06 (b) | 199.774 | 178.535 | 199.774 | 288.520 |
| PIS e COFINS | 99.535 | 39.265 | 107.001 | 148.092 |
| Outros | 10.150 | 6.916 | 20.212 | 53.957 |
| Total | 2.513.420 | 1.151.553 | 2.543.006 | 2.791.386 |
| Circulante | 2.131.226 | 602.328 | 2.160.812 | 2.052.421 |
| Não circulante | 382.194 | 549.225 | 382.194 | 738.965 |

(a) Inclui créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

(b) Refere-se ao pedido de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram canceladas posteriormente.

6.2 Tributos diferidos

A Companhia e controlada constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Ativo diferido | | | | |
| IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a) | 16.956 | 21.290 | 188.499 | 21.290 |
| Crédito fiscal incorporado (b) | - | 9.461 | - | 9.461 |
| IR e CS sobre diferenças temporárias (c) | | | | |
| Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis | 1.292.590 | 805.557 | 1.297.526 | 1.104.065 |
| Planos de benefícios pós emprego | 141.031 | 126.605 | 141.031 | 133.371 |
| Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber | 233.795 | 93.442 | 236.850 | 169.434 |
| Provisão para perdas de modens e outros ativos imobilizados | 178.658 | 7.467 | 181.282 | 210.107 |
| Participação nos resultados | 52.974 | 34.888 | 53.450 | 62.218 |
| Depreciação acelerada contábil | 232.060 | 128.070 | 232.060 | 421.768 |
| Provisão para redução ao valor realizável dos estoques | 13.886 | 8.469 | 16.383 | 13.951 |
| Provisão para programa de fidelização | 30.832 | - | 30.832 | 28.168 |
| Operações com derivativos | 17 | 26.522 | 17 | 42.922 |
| Fornecedores e outras provisões | 107.460 | 62.314 | 124.819 | 290.199 |
| IR e CS sobre outras diferenças temporárias | 366.889 | 81.926 | 366.365 | 134.460 |
| Total do ativo diferido | 2.667.148 | 1.406.011 | 2.869.114 | 2.641.414 |
| Passivo diferido | | | | |
| Crédito fiscal incorporado (b) | (320.530) | (269.514) | (320.530) | (269.514) |
| IR e CS sobre diferenças temporárias (c) | | | | |
| Lei da Inovação tecnológica | (384.931) | (209.185) | (384.931) | (416.700) |
| Variação cambial | - | (3.383) | - | (3.383) |
| Carteira de clientes | (482.999) | (546.383) | (482.999) | (546.383) |
| Marcas e patentes | (486.706) | (508.178) | (486.706) | (508.178) |
| Licença | (639.804) | (399.878) | (639.804) | (399.878) |
| Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part. | (512.485) | (344.927) | (512.485) | (344.927) |
| Ágios da Vivo Part. | (426.991) | (266.870) | (426.991) | (266.870) |
| IR e CS sobre outras diferenças temporárias | (118.354) | (74.344) | (120.191) | (74.344) |
| Total do passivo diferido | (3.372.800) | (2.622.662) | (3.374.637) | (2.830.177) |
| Total do ativo (passivo) líquido, não circulante | (705.652) | (1.216.651) | (505.523) | (188.763) |
| Total do ativo diferido líquido, não circulante | - | - | 200.129 | 1.027.888 |
| Total do passivo diferido líquido, não circulante | (705.652) | (1.216.651) | (705.652) | (1.216.651) |

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado, pela Companhia e controlada, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais da Companhia e controlada decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e controlada que indicasse a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|------------------|---------------------|---------|------------------|---------------------|-----------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Total | Imposto de renda | Contribuição social | Total |
| Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.12 | 48.264 | 102.486 | 150.750 | 930.409 | 997.434 | 1.927.843 |
| Crédito fiscal (25% + 9%) | 12.066 | 9.224 | 21.290 | 232.602 | 89.769 | 322.371 |
| Crédito fiscal reconhecido | 12.066 | 9.224 | 21.290 | 12.066 | 9.224 | 21.290 |
| Crédito fiscal não reconhecido | - | - | - | 220.536 | 80.545 | 301.081 |
| Base do prejuízo fiscal e base negativa em 30.09.13 | 23.773 | 122.364 | 146.137 | 528.218 | 627.166 | 1.155.384 |
| Crédito fiscal (25% + 9%) | 5.943 | 11.013 | 16.956 | 132.055 | 56.445 | 188.499 |
| Crédito fiscal reconhecido | 5.943 | 11.013 | 16.956 | 132.055 | 56.445 | 188.499 |

- b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- c) IR e CS sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

A seguir demonstramos as movimentações do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:

| Ativo Diferido | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|-----------------|------------------|-----------|-----------------|------------------|-----------|
| | Prejuízo fiscal | Ativos diferidos | Total | Prejuízo fiscal | Ativos diferidos | Total |
| Saldo em 31.12.12 - Reapresentado | 21.290 | 1.384.721 | 1.406.011 | 21.290 | 2.620.124 | 2.641.414 |
| Constituição (reversão), líquida no resultado | (4.334) | 223.100 | 218.766 | 167.209 | 60.491 | 227.700 |
| Incorporação/cisão em 01.07.13 | - | 1.042.371 | 1.042.371 | - | - | - |
| Saldo em 30.09.13 | 16.956 | 2.650.192 | 2.667.148 | 188.499 | 2.680.615 | 2.869.114 |

| Passivo Diferido | Controladora | Consolidado |
|------------------------------------|--------------|-------------|
| Saldo em 31.12.12 | (2.622.662) | (2.830.177) |
| Constituição, líquida no resultado | (534.320) | (548.362) |
| Resultados Abrangentes | 3.902 | 3.902 |
| Incorporação/cisão em 01.07.13 | (219.720) | - |
| Saldo em 30.09.13 | (3.372.800) | (3.374.637) |

7. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Companhia e controlada possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários, conforme demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------|--------------|-----------|-------------|--------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Depósitos judiciais | | | | |
| Trabalhista | 1.062.256 | 830.081 | 1.067.772 | 933.866 |
| Tributário | 2.326.500 | 1.549.738 | 2.342.956 | 2.182.513 |
| Cível e regulatório | 872.321 | 667.646 | 873.306 | 866.668 |
| Total | 4.261.077 | 3.047.465 | 4.284.034 | 3.983.047 |
| Bloqueios judiciais | 87.869 | 20.791 | 88.786 | 52.846 |
| Total | 4.348.946 | 3.068.256 | 4.372.820 | 4.035.893 |
| Circulante | 179.085 | - | 179.085 | 126.625 |
| Não Circulante | 4.169.861 | 3.068.256 | 4.193.735 | 3.909.268 |

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante de R\$2.326.500 (R\$1.549.738 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$2.342.956 (R\$2.182.513 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado. Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Companhia e controlada possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$27.204 na controladora e R\$30.757 (R\$62.924 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

A Companhia possuía discussões judiciais cujo objeto visa a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$142.697 (R\$5.038 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$142.697 (R\$136.211 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e controlada questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$852.360 (R\$818.502 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia e controlada possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte (operadoras fixas); (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (operadoras móveis); e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$58.480 (R\$48.759 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$58.480 (R\$58.367 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia e controlada possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$28.023 (R\$24.095 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$28.023 (R\$25.422 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e controlada, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$504.582 (R\$34.765 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$504.639 (R\$370.026 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia possuía discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; e (ii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%).

Em 30 de setembro de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$95.669 (R\$91.915 em 31 de dezembro de 2012).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia possuía discussão judicial cujo objeto visa a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

Em 30 de setembro de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$69.440 (R\$66.386 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia possuía discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$50.972 (R\$49.355 em 31 de dezembro de 2012).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e controlada ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST nas operadoras fixas e não inclusão das receitas de ITX e EILD na base de cálculo do FUST nas operadoras móveis, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$352.679 (R\$330.331 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$365.506 (R\$341.403 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Part., (incorporada posteriormente pela Companhia), foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central do Brasil para conversão de empréstimo externo em investimento.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$21.358 (R\$20.899 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e controlada estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$37.873 (R\$168 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$37.873 (R\$34.235 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia e controlada possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$85.163 (R\$59.525 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$85.182 (R\$106.868 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 |
| Taxa fistel (a) | 263.721 | - | 263.751 | - |
| Propaganda e publicidade | 59.936 | 817 | 59.936 | 173.688 |
| Alugueis | 45.291 | 20.533 | 45.292 | 51.207 |
| Seguros | 25.364 | 7.875 | 26.066 | 14.250 |
| Manutenção de software e rede | 13.918 | 4.496 | 14.062 | 7.872 |
| Encargos financeiros | 11.771 | - | 11.771 | 7.152 |
| Impostos, taxas e contribuições | 33.307 | 343 | 33.307 | 1.654 |
| Outras | 19.546 | 9.266 | 20.864 | 23.910 |
| Total | 472.854 | 43.330 | 475.049 | 279.733 |
| | | | | |
| Circulante | 444.812 | 26.610 | 446.371 | 248.337 |
| Não Circulante | 28.042 | 16.720 | 28.678 | 31.396 |

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2013 que foram pagos em março de 2013 e serão amortizados até o final do exercício.

9. OUTROS ATIVOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|--------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Adiantamentos a empregados e fornecedores | 105.697 | 70.888 | 108.136 | 97.152 |
| Créditos com partes relacionadas | 123.095 | 130.559 | 56.652 | 58.151 |
| Subsídio na venda de aparelhos celulares | 32.790 | - | 32.790 | 53.756 |
| Crédito com fornecedores (a) | 102.491 | 16.930 | 102.491 | 479.283 |
| Superávit plano de pensão | 50.445 | 17.595 | 50.840 | 48.048 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 20.000 | - | - | - |
| Outros valores a realizar | 90.386 | 38.060 | 91.974 | 61.901 |
| Total | 524.904 | 274.032 | 442.883 | 798.291 |
| | | | | |
| Circulante | 372.980 | 198.445 | 312.783 | 705.983 |
| Não Circulante | 151.924 | 75.587 | 130.100 | 92.308 |

(a) Os valores consolidados em 31 de dezembro de 2012, incluem R\$362.774 referente à operação de alienação de torres de transmissão não estratégicas, com garantia de recebimento apresentada pelo comprador.

10. INVESTIMENTOS

A seguir demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas da Companhia.

a) Informações das investidas – Subsidiárias Integrais

| Ativo | Controladas | | | | | | | | |
|-------------------------|------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|--------------|
| | Em 30.09.13 | | Em 31.12.12 | | | | | | GTR-T |
| | TData | Vivo | TData | ATelecom | TSTV | TVA Sul | Lemontree | Comercial Cabo | |
| Circulante | 776.520 | 9.877.926 | 358.299 | 498.074 | 40.087 | 2.178 | 6 | 25.435 | 801 |
| Não circulante | 377.190 | 13.263.918 | 140.763 | 414.985 | 160.603 | 41.327 | 11.835 | 167.688 | 1.074 |
| Total do ativo | 1.153.710 | 23.141.844 | 499.062 | 913.059 | 200.690 | 43.505 | 11.841 | 193.123 | 1.875 |
| | | | | | | | | | |
| Passivo | | | | | | | | | |
| Circulante | 403.686 | 8.213.367 | 174.535 | 218.126 | 34.818 | 9.522 | 437 | 117.652 | 14 |
| Não circulante | 64.926 | 4.887.981 | 19.191 | 54.165 | 2.744 | 28.798 | - | 21.830 | - |
| Patrimônio líquido | 685.098 | 10.040.496 | 305.336 | 640.768 | 163.128 | 5.185 | 11.404 | 53.641 | 1.861 |
| Total do passivo | 1.153.710 | 23.141.844 | 499.062 | 913.059 | 200.690 | 43.505 | 11.841 | 193.123 | 1.875 |

| | Vivo | TData | ATelecom | TSTV | TVA Sul | Lemontree | Comercial Cabo | GTR-T |
|---------------------------|-----------|----------|----------|----------|---------|-----------|-------------------|---------|
| Lucro líquido (prejuízo) | | | | | | | | |
| Em 30 de setembro de 2013 | - | 126.238 | - | - | - | - | - | - |
| Em 30 de setembro de 2012 | 2.587.904 | (84.735) | 7.130 | (38.790) | (4.439) | (11.637) | (31.110) | (1.179) |

b) Informações das investidas – Controladas em Conjunto

| | Em 30 de setembro de 2013 | | | Em 31 de dezembro de 2012 | | |
|-------------------------|---------------------------|----------------|-----------|---------------------------|----------------|-----------|
| | Aliança | AIX | ACT | Aliança | AIX | ACT |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | 129.970 | 11.649 | 10 | 116.322 | 13.414 | 10 |
| Não circulante | - | 112.222 | - | - | 120.024 | - |
| Total do ativo | 129.970 | 123.871 | 10 | 116.322 | 133.438 | 10 |
| Passivo | | | | | | |
| Circulante | 2.178 | 3.283 | 2 | 2.302 | 3.280 | - |
| Não circulante | - | 5.886 | - | - | 5.792 | - |
| Patrimônio líquido | 127.792 | 114.702 | 8 | 114.020 | 124.366 | 10 |
| Total do passivo | 129.970 | 123.871 | 10 | 116.322 | 133.438 | 10 |

| | Aliança | AIX | ACT |
|---------------------------------|---------|---------|-----|
| Lucro líquido (prejuízo) | | | |
| Em 30 de setembro de 2013 | 86 | (9.664) | (2) |
| Em 30 de setembro de 2012 | 1.624 | (2.196) | - |

c) Movimentação dos Investimentos

| | Saldos em 31.12.12 - Reapresentado | Adições | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados | Outros resultados abrangentes | Incorporação / Cisão em 01.07.13 | Saldos em 30.09.13 |
|---|--|----------------|---|---|-------------------------------------|--|-----------------------|
| Participações | 11.328.398 | 324.967 | 1.831.343 | (2.058.833) | 1.933 | (10.621.459) | 806.349 |
| Subsidiárias integrais | 11.209.200 | 324.967 | 1.836.133 | (2.058.833) | (4.910) | (10.621.459) | 685.098 |
| A. Telecom | 640.768 | - | 50.927 | - | (36) | (691.659) | - |
| TData | 305.336 | 253.917 | 126.238 | - | (393) | - | 685.098 |
| TST | 163.128 | - | (52.915) | - | - | (110.213) | - |
| Vivo | 10.040.496 | - | 1.740.186 | (2.058.833) | (1.048) | (9.720.801) | - |
| GTR-T | 1.861 | - | 1.129 | - | - | (2.990) | - |
| Lemontree | 11.404 | 50 | (2.957) | - | - | (8.497) | - |
| CaTV | 42.096 | 68.000 | (31.383) | - | (3.078) | (75.635) | - |
| Sul Paraná | 4.111 | 3.000 | 4.908 | - | (355) | (11.664) | - |
| Entidades controladas em conjunto | 119.198 | | (4.790) | - | 6.843 | - | 121.251 |
| Aliança (a) | 57.010 | - | 43 | - | 6.843 | - | 63.896 |
| AIX (a) | 62.183 | - | (4.832) | - | - | - | 57.351 |
| ACT (a) | 5 | - | (1) | - | - | - | 4 |
| Ágios | 10.208.980 | - | - | - | - | 16.300 | 10.225.280 |
| Outras participações | 23.683 | (6) | - | - | (11.476) | 702 | 12.903 |
| Outros investimentos (a) | 23.683 | (6) | - | - | (11.476) | 702 | 12.903 |
| Total de investimentos na controladora | 21.561.061 | 324.961 | 1.831.343 | (2.058.833) | (9.543) | (10.604.457) | 11.044.532 |
| Aliança (a) | 57.010 | - | 43 | - | 6.843 | - | 63.896 |
| AIX (a) | 62.183 | - | (4.832) | - | - | - | 57.351 |
| ACT (a) | 5 | - | (1) | - | - | - | 4 |
| Outros investimentos (a) | 23.683 | (6) | - | - | (11.476) | 702 | 12.903 |
| Total de investimentos no consolidado | 142.881 | (6) | (4.790) | - | (4.633) | 702 | 134.154 |

(a) Investimentos avaliados a valor justo.

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) Composição

Em 30 de setembro de 2013:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|-------------------------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|
| | Custo do imobilizado | Depreciação acumulada | Saldo líquido | Custo do imobilizado | Depreciação acumulada | Saldo líquido |
| Equipamentos de comutação | 17.734.756 | (15.416.021) | 2.318.735 | 17.741.985 | (15.422.858) | 2.319.127 |
| Equipamentos e meios de transmissão | 32.717.808 | (25.047.254) | 7.670.554 | 32.720.811 | (25.049.954) | 7.670.857 |
| Equipamentos terminais/modens | 10.440.685 | (9.083.022) | 1.357.663 | 10.462.465 | (9.098.111) | 1.364.354 |
| Infraestrutura | 13.039.651 | (9.322.149) | 3.717.502 | 13.050.798 | (9.330.869) | 3.719.929 |
| Equipamentos de televisão | 517.282 | (398.333) | 118.949 | 517.282 | (398.333) | 118.949 |
| Outros | 3.107.442 | (2.527.869) | 579.573 | 3.199.486 | (2.624.553) | 574.933 |
| Provisões para perda (a) | (173.501) | - | (173.501) | (175.677) | - | (175.677) |
| Bens e instalações em andamento | 1.824.477 | - | 1.824.477 | 1.870.132 | - | 1.870.132 |
| Total | 79.208.600 | (61.794.648) | 17.413.952 | 79.387.282 | (61.924.678) | 17.462.604 |

Em 31 de dezembro de 2012:

| | Controladora | | | Consolidado - Reapresentado | | |
|-------------------------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------|-------------------|
| | Custo do imobilizado | Depreciação acumulada | Saldo líquido | Custo do imobilizado | Depreciação acumulada | Saldo líquido |
| Equipamentos de comutação | 11.688.628 | (10.459.546) | 1.229.082 | 15.533.267 | (13.282.873) | 2.250.394 |
| Equipamentos e meios de transmissão | 20.514.733 | (16.165.541) | 4.349.192 | 30.733.907 | (23.667.500) | 7.066.407 |
| Equipamentos terminais/modens | 5.293.989 | (4.219.074) | 1.074.915 | 9.887.923 | (8.319.035) | 1.568.888 |
| Infraestrutura | 8.620.997 | (6.103.762) | 2.517.235 | 13.303.406 | (9.041.716) | 4.261.690 |
| Equipamentos de televisão | - | - | - | 1.054.592 | (861.018) | 193.574 |
| Outros | 1.378.888 | (1.224.644) | 154.244 | 3.669.065 | (2.863.220) | 805.845 |
| Provisões para perda (a) | (14.262) | - | (14.262) | (19.073) | - | (19.073) |
| Bens e instalações em andamento | 709.857 | - | 709.857 | 1.476.419 | - | 1.476.419 |
| Total | 48.192.830 | (38.172.567) | 10.020.263 | 75.639.506 | (58.035.362) | 17.604.144 |

b) Movimentação

| | Controladora | | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------|------------------|-----------------|-------------------------|--------------------|----------------------------------|-------------------|
| | Saldo em 31.12.12 | Adições | Baixas líquidas | Transferências líquidas | Depreciação (c) | Incorporação / Cisão em 01.07.13 | Saldo em 30.09.13 |
| Equipamentos de comutação | 1.229.082 | 19.799 | (67) | 178.958 | (269.755) | 1.160.718 | 2.318.735 |
| Equipamentos e meios de transmissão | 4.349.192 | 345.278 | (9.730) | 593.888 | (579.139) | 2.971.065 | 7.670.554 |
| Equipamentos terminais/modens | 1.074.915 | 378.966 | - | 69.490 | (534.798) | 369.090 | 1.357.663 |
| Infraestrutura | 2.517.235 | 28.510 | (15.951) | 73.856 | (287.830) | 1.401.682 | 3.717.502 |
| Equipamentos de televisão | - | - | - | - | (11.713) | 130.662 | 118.949 |
| Outros | 154.244 | 51.365 | (1.943) | 25.241 | (70.111) | 420.777 | 579.573 |
| Provisões para perda (a) | (14.262) | (5.475) | 907 | - | - | (154.671) | (173.501) |
| Bens e instalações em andamento | 709.857 | 1.331.504 | (3.958) | (978.834) | - | 765.908 | 1.824.477 |
| Total | 10.020.263 | 2.149.947 | (30.742) | (37.401) | (1.753.346) | 7.065.231 | 17.413.952 |

| | Consolidado | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|------------------|---------------------|-----------------------------|--------------------|-------------------|
| | Saldo em 31.12.12 - Reapresentado | Adições | Baixas líquidas (a) | Transferências líquidas (b) | Depreciação (c) | Saldo em 30.09.13 |
| Equipamentos de comutação | 2.250.394 | 19.921 | (68) | 436.919 | (388.039) | 2.319.127 |
| Equipamentos e meios de transmissão | 7.066.407 | 374.824 | (18.410) | 1.233.744 | (985.708) | 7.670.857 |
| Equipamentos terminais/modens | 1.568.888 | 453.050 | (67) | 86.531 | (744.048) | 1.364.354 |
| Infraestrutura | 4.261.690 | 40.847 | (15.033) | 14.049 | (581.624) | 3.719.929 |
| Equipamentos de televisão | 193.574 | 52.349 | - | (49.345) | (77.629) | 118.949 |
| Outros | 805.845 | 50.471 | (1.414) | (184.162) | (95.807) | 574.933 |
| Provisões para perda (a) | (19.073) | (5.475) | 879 | (152.008) | - | (175.677) |
| Bens e instalações em andamento | 1.476.419 | 1.824.356 | (6.063) | (1.424.580) | - | 1.870.132 |
| Total | 17.604.144 | 2.810.343 | (40.176) | (38.852) | (2.872.855) | 17.462.604 |

- (a) A Companhia e controlada reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (b) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se a transferências entre o imobilizado e intangível.
- (c) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 23, 24 e 25.

c) Taxas de depreciação

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, os ativos imobilizados foram depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

| | |
|-------------------------------------|---------------|
| Equipamentos de comutação | 10,00 a 33,33 |
| Equipamentos e meios de transmissão | 5,00 a 14,29 |
| Equipamentos terminais/modens | 10,00 a 66,67 |
| Infraestrutura | 4,00 a 66,67 |
| Equipamentos de televisão | 8,00 a 20,00 |
| Outros | 10,00 a 20,00 |

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante de R\$185.290 (R\$150.194 na controladora e R\$235.847 no consolidado em 31 de dezembro de 2012).

e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e controlada não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

12. INTANGÍVEL LÍQUIDO

a) Composição

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Ágios | | - | 10.225.280 | 10.225.280 |
| Outros intangíveis | 19.485.096 | 15.730.850 | 19.489.680 | 19.780.417 |
| Total | 19.485.096 | 15.730.850 | 29.714.960 | 30.005.697 |

A seguir apresentamos a composição dos ágios em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

| | |
|---|-------------------|
| Ajato Telecomunicação Ltda. | 149 |
| Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a) | 212.058 |
| Santo Genovese Participações Ltda. (b) | 71.892 |
| Telefônica Televisão Participações S.A. (c) | 780.693 |
| Vivo Participações S. A. (d) | 7.169.577 |
| Telemig Celular S. A. (e) | 133.896 |
| Telemig Celular Participações S. A. (e) | 1.485.172 |
| Global Telecom S. A. (e) | 204.762 |
| Tele Centro Oeste Celular Participações S. A. (e) | 150.930 |
| Ceterp Celular S. A. (e) | 16.151 |
| Total | 10.225.280 |

- (a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytrees) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Part. em abril de 2011.
- (e) Ágios oriundos da Vivo Part., vertidos para a Companhia através da incorporação ocorrida em 2011.

O saldo de outros intangíveis estava composto em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, conforme detalhado a seguir:

Em 30 de setembro de 2013:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|
| | Custo do intangível | Amortização acumulada | Saldo líquido | Custo do intangível | Amortização acumulada | Saldo líquido |
| Softwares | 10.304.989 | (8.374.268) | 1.930.721 | 10.341.170 | (8.405.865) | 1.935.305 |
| Carteira de clientes | 1.990.278 | (569.694) | 1.420.584 | 1.990.278 | (569.694) | 1.420.584 |
| Marcas e Patentes | 1.601.433 | (169.929) | 1.431.504 | 1.601.433 | (169.929) | 1.431.504 |
| Licença | 17.231.466 | (2.559.534) | 14.671.932 | 17.231.466 | (2.559.534) | 14.671.932 |
| Outros | 152.026 | (151.584) | 442 | 152.026 | (151.584) | 442 |
| Software em Andamento | 86.591 | - | 86.591 | 86.591 | - | 86.591 |
| Provisões para perda (a) | (56.678) | - | (56.678) | (56.678) | - | (56.678) |
| Total | 31.310.105 | (11.825.009) | 19.485.096 | 31.346.286 | (11.856.606) | 19.489.680 |

Em 31 de dezembro de 2012:

| | Controladora | | | Consolidado - Reapresentado | | |
|------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------|-------------------|
| | Custo do intangível | Amortização acumulada | Saldo líquido | Custo do intangível | Amortização acumulada | Saldo líquido |
| Softwares | 3.215.274 | (2.652.564) | 562.710 | 9.516.522 | (7.625.698) | 1.890.824 |
| Carteira de clientes | 1.990.278 | (383.269) | 1.607.009 | 2.114.561 | (507.552) | 1.607.009 |
| Marcas e Patentes | 1.601.408 | (106.767) | 1.494.641 | 1.643.511 | (148.870) | 1.494.641 |
| Licença | 12.644.000 | (580.000) | 12.064.000 | 16.987.547 | (2.275.703) | 14.711.844 |
| Outros | 187.711 | (185.221) | 2.490 | 708.577 | (683.520) | 25.057 |
| Softwares em andamento | - | - | - | 51.042 | - | 51.042 |
| Total | 19.638.671 | (3.907.821) | 15.730.850 | 31.021.760 | (11.241.343) | 19.780.417 |

b) Movimentação

| | Controladora | | | | | |
|--------------------------|-------------------|----------------|-----------------|-----------------------------|----------------------------------|-------------------|
| | Saldo em 31.12.12 | Adições | Baixas líquidas | Transferências líquidas (b) | Incorporação / Cisão em 01.07.13 | Saldo em 30.09.13 |
| Softwares | 562.710 | 145.255 | - | 149.147 | (301.351) | 1.930.721 |
| Carteira de clientes | 1.607.009 | - | - | - | (186.425) | 1.420.584 |
| Marcas e patentes | 1.494.641 | - | - | - | (63.137) | 1.431.504 |
| Licença | 12.064.000 | 473.038 | - | - | (393.436) | 14.671.932 |
| Outros | 2.490 | - | - | (1.902) | (11.883) | 442 |
| Softwares em andamento | - | 39.777 | - | (109.844) | - | 86.591 |
| Provisões para perda (a) | - | (143) | - | - | (56.535) | (56.678) |
| Total | 15.730.850 | 657.927 | - | 37.401 | (956.232) | 19.485.096 |

| | Consolidado | | | | | |
|--------------------------|-----------------------------------|------------------|-----------------|-----------------------------|--------------------|-------------------|
| | Saldo em 31.12.12 - Reapresentado | Adições | Baixas líquidas | Transferências líquidas (b) | Amortização (c) | Saldo em 30.09.13 |
| Softwares | 1.890.824 | 249.423 | (5) | 368.099 | (573.036) | 1.935.305 |
| Carteira de clientes | 1.607.009 | - | - | 84 | (186.509) | 1.420.584 |
| Marcas e Patentes | 1.494.641 | - | - | - | (63.137) | 1.431.504 |
| Licença | 14.711.844 | 548.056 | - | (85.007) | (502.961) | 14.671.932 |
| Outros | 25.057 | 3.118 | - | (12.108) | (15.625) | 442 |
| Softwares em andamento | 51.042 | 211.927 | - | (176.359) | (19) | 86.591 |
| Provisões para perda (a) | - | (821) | - | (55.857) | - | (56.678) |
| Total | 19.780.417 | 1.011.703 | (5) | 38.852 | (1.341.287) | 19.489.680 |

- (a) A Companhia reconheceu provisão para possível obsolescência de *software* fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (b) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se a transferências entre o imobilizado e intangível.
- (c) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 23, 24 e 25.

c) Taxas de amortização

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, os outros ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|----------------------|---------------|---------------|
| Software | 20,00 | 20,00 a 33,33 |
| Carteira de clientes | 10,00 | 9,00 a 15,00 |
| Marcas e patentes | 5,00 | 5,00 |
| Licenças | 3,60 a 20,00 | 3,60 a 20,00 |
| Outros | 10,00 a 20,00 | 10,00 a 20,00 |

13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Salários e remunerações | 27.246 | 34.771 | 27.934 | 38.640 |
| Encargos e benefícios sociais | 295.428 | 81.576 | 297.979 | 204.675 |
| Participação de empregados nos resultados | 118.674 | 89.433 | 120.075 | 172.937 |
| Total | 441.348 | 205.780 | 445.988 | 416.252 |

14. FORNECEDORES

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Fornecedores diversos | 5.149.358 | 1.741.088 | 5.302.152 | 5.205.202 |
| Valores a repassar | 349.319 | 93.239 | 184.279 | 151.809 |
| Interconexão / Interligação | 575.018 | 356.720 | 575.018 | 532.057 |
| Total | 6.073.695 | 2.191.047 | 6.061.449 | 5.889.068 |

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|----------------|------------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Tributos sobre a renda | - | - | 12.749 | 243.399 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar (a) | - | - | 12.749 | 243.399 |
| Tributos indiretos | 2.024.568 | 559.112 | 2.077.393 | 2.026.600 |
| ICMS (b) | 1.699.669 | 405.103 | 1.702.627 | 1.534.750 |
| PIS e COFINS | 189.809 | 135.006 | 229.744 | 362.911 |
| Fust e Funttel | 24.897 | 11.886 | 24.811 | 34.853 |
| Outros | 110.193 | 7.117 | 120.211 | 94.086 |
| Total | 2.024.568 | 559.112 | 2.090.142 | 2.269.999 |
| Circulante | 1.520.258 | 529.055 | 1.563.592 | 1.781.250 |
| Não circulante | 504.310 | 30.057 | 526.550 | 488.749 |

- (a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.
- (b) A parcela do passivo não circulante, inclui o valor de R\$475.541 em 30 de setembro de 2013 (R\$437.295 em 31 de dezembro de 2012) referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, referente à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E DEBÊNTURES

16.1 – Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro estão apresentados a valor justo, quando aplicável.

Em decorrência do processo de reestruturação societária descrito na nota 1c, a Companhia passou a responder pelos contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro que antes pertenciam às sociedades incorporadas.

| | Moeda | Taxa de juros anual | Vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|------------|---------------------|------------|------------------|--------------------------|------------------|--------------------------|
| | | | | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Financiamento – BNDES | URTJLP (a) | TJLP+ 0% a 9% | 15/06/20 | 2.627.507 | 988.833 | 2.627.507 | 2.911.854 |
| Financiamento – BNDES | UMBND (b) | ECM (c) + 2,38% | 15/07/19 | 487.698 | - | 487.698 | 455.296 |
| Financiamento – BNDES | R\$ | 2,5% a 8,7% | 15/01/21 | 163.318 | 1.957 | 163.318 | 173.793 |
| Empréstimo – Mediocrédito | US\$ | 1,75% | 02/02/14 | 3.369 | 9.310 | 3.369 | 9.310 |
| Empréstimo – Resolução 4131 | US\$ | 4,10% | 25/10/13 | 361.951 | 326.263 | 361.951 | 326.263 |
| Empréstimos – BEI | US\$ | 4,18% a 4,47% | 02/03/15 | 847.612 | - | 847.612 | 795.601 |
| Financiamento – BNB | R\$ | 10,00% | 30/10/16 | 250.630 | - | 250.630 | 338.610 |
| Comissão BBVA | | 0,43% | 28/02/15 | 260 | - | 260 | 241 |
| Financiamento - Leasing | R\$ | 14,70% | 09/11/13 | - | - | - | 356 |
| Arrendamento Financeiro | R\$ | | 31/08/33 | 174.229 | 12.430 | 174.229 | 33.259 |
| Total | | | | 4.916.574 | 1.338.793 | 4.916.574 | 5.044.583 |
| Circulante | | | | 1.328.194 | 756.371 | 1.328.194 | 1.270.122 |
| Não circulante | | | | 3.588.380 | 582.422 | 3.588.380 | 3.774.461 |

- (a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Companhia financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.
- Em agosto de 2007, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e desde 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.
- Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R\$3.031.110. Os recursos desta linha são destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014, quando serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Como dois dos cinco sub créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultou em um saldo até 30 de setembro de 2013 de R\$16.720 (R\$18.322 em 31 de dezembro de 2012).

Até 30 de setembro de 2013 foram liberados R\$2.059.916 (R\$1.802.113 até 31 de dezembro de 2012).

- Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento para a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), junto ao BNDES no valor de até R\$319.927 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultou em um saldo até 30 de setembro de 2013 de R\$20.028 (R\$23.876 em 31 de dezembro de 2012).

- Com o processo de conferência de acervo patrimonial, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part., cujo saldo era de R\$24.130 em 30 de setembro de 2013 (R\$26.825 em 31 de dezembro de 2012).
- Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a CaTV e Sul Paraná (sociedades incorporadas pela TST em 1º de julho de 2013) no valor total de R\$41.950 junto ao BNDES. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R\$9.493 junto ao BNDES, pelo prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal. Os valores foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. Até 30 de setembro de 2013 foram liberados R\$51.443 (R\$41.950 em 31 de dezembro de 2012). Estas operações se enquadram no escopo do IAS 20/CPC 7, por terem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), e as subvenções concedidas pelo BNDES, ajustadas a valor presente, resultaram em 30 de setembro de 2013 em R\$2.152 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2012).

- Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento para a Companhia no valor total de R\$5.417 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Em 30 de setembro de 2013 o saldo era de R\$1.780 (R\$1.946 em 31 de dezembro de 2012). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 30 de setembro de 2013 em R\$298 (R\$331 em 31 de dezembro de 2012).
- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento junto ao BNDES para a Companhia e para a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) nos montantes de R\$21.783 e R\$331.698, respectivamente, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 30 de setembro de 2013, foram liberados R\$2.095.

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um *hedge* efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 30 de setembro de 2013 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) junto ao BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à US\$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Banco do Nordeste – BNB

- Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.
- Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia e controlada obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

A diferença entre o valor nominal das parcelas e o pagar registrado é reconhecida como despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

A Companhia e controlada possuem contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro; ii) aluguel de equipamentos de informática e; iii) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão decorrentes de projetos de construção conjunta com outras operadoras, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia. O valor residual dos ativos mencionados foram mantidos inalterados até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

O saldo consolidado dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contempla os seguintes efeitos:

| | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 - |
| Valor presente dos valores a pagar | 537.016 | 51.025 |
| Despesa financeira não realizada | (362.787) | (17.766) |
| Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar | <u>174.229</u> | <u>33.259</u> |
| Circulante | 11.646 | 14.799 |
| Não circulante | 162.583 | 18.460 |

O cronograma consolidado dos vencimentos do arrendamento mercantil é como segue:

| | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------------|----------------|
| | Investimento bruto | Valor presente |
| Até um ano | 30.967 | 11.646 |
| Mais de um ano até cinco anos | 162.410 | 51.800 |
| Mais de cinco anos | 343.639 | 110.783 |
| Total | <u>537.016</u> | <u>174.229</u> |

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

16.2 – Debêntures

| | Controladora/Consolidado | | | |
|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|------------|------------------|
| | Moeda | Encargos | Vencimento | |
| Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2 | R\$ | 106,00% a 112,00% do CDI | 15/10/14 | 762.822 |
| Debêntures (4ª emissão) – Série 3 | R\$ | IPCA+7,00% | 15/10/14 | 102.543 |
| Debêntures (1ª emissão) – Telemig | R\$ | IPCA+0,50% | 05/07/21 | 75.269 |
| Debêntures (3ª emissão) | R\$ | 100,00% do CDI + 0,75% | 10/09/17 | 2.010.146 |
| Debêntures (4ª emissão) | R\$ | 100,00% do CDI + 0,68% | 25/04/18 | 1.348.236 |
| Custo de emissões | R\$ | | | (2.247) |
| Total | | | | 4.296.769 |
| | | | | |
| Circulante | | | | 734.351 |
| Não circulante | | | | 3.562.418 |
| | | | | |
| | | | | 702.215 |
| | | | | 2.253.690 |

Captação pela Vivo Part. (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de outubro de 2011) – 4ª Emissão

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografia, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de “Bookbuilding”.

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão, cujo montante em 30 de setembro de 2013 era de R\$143 (R\$840 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$98 milhões a 106,00% CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

Em 19 de setembro de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 2ª série da 4ª emissão da Companhia que ocorrerá em 15 de outubro de 2013, no valor de R\$640 milhões a 106,80% CDI com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

As repactuações da 2ª e 3ª séries estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Em 30 de setembro de 2013 o saldo total era de R\$865.365 (R\$840.927 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Telemig Celular S.A.(Telemig, sociedade incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) – 1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Em 30 de setembro de 2013 o saldo era de R\$75.269 (R\$72.137 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Companhia – 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$2 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para: (i) investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (4G), especificamente para liquidar o preço da autorização obtida pela Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) no leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de setembro de 2013 era de R\$833 (R\$993 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 30 de setembro de 2013 o saldo total era de R\$2.010.146 (R\$2.044.674 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Companhia – 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor entre R\$ 1,3 bilhão, como forma de garantir a liquidez da Companhia para compromissos futuros.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 (cento e trinta mil) debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00 (dez mil reais). As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, "extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (CETIP), acrescida de um *spread* equivalente a 0,68% (sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (Remuneração). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O Banco Itaú BBA S.A. foi o coordenador líder. Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de setembro de 2013 eram de R\$1.271.

16.3 – Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures em 30 de setembro de 2013 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| Ano | Controladora / Consolidado |
|----------------|----------------------------|
| 2014 | 651.581 |
| 2015 | 1.280.976 |
| 2016 | 505.068 |
| 2017 | 2.459.729 |
| 2018 em diante | 2.253.444 |
| Total | 7.150.798 |

16.4 – Cláusulas Restritivas

A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 30 de setembro de 2013 era de R\$3.110.665 (R\$3.360.866 em 31 de dezembro de 2012). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de setembro de 2013 era de R\$865.222 (R\$840.087 em 31 de dezembro de 2012), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

O contrato da Telemig (sociedade incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, relativo às debêntures, cujo saldo em 30 de setembro de 2013 era de R\$75.269 (R\$72.137 em 31 de dezembro de 2012), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

16.5 - Garantias

Em 30 de setembro de 2013, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme quadro a seguir:

| Bancos | Saldo do empréstimo / financiamento | Garantias |
|--|---|--|
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES | R\$1.941.135 (URTJLP) R\$487.698 (UMBND) R\$163.318 (PSI) | <ul style="list-style-type: none"> Contrato (2007) R\$282.245: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato (PSI) R\$163.318: alienação dos ativos financiados. Contrato (2011) R\$2.146.588: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. |
| Banco Europeu de Investimento – BEI | R\$847.612 | <ul style="list-style-type: none"> Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha. |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB | R\$250.630 | <ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. |

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

A seguir, demonstramos os saldos a receber e a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

a) Composição dos saldos a receber:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Vivo | - | 390.747 | - | - |
| Aliança | 1.140 | 1.140 | 1.140 | 1.140 |
| ATelecom | - | 2.218 | - | - |
| Total | 1.140 | 394.105 | 1.140 | 1.140 |

b) Movimentação dos saldos a receber:

| | Controladora | Consolidado |
|--|----------------|--------------|
| Saldo em 31.12.12 - Reapresentado | 394.105 | 1.140 |
| Dividendos complementares de 2012 | 1.841.833 | - |
| JSCP intermediários de 2013 (líquidos de | 184.450 | - |
| Recebimentos de dividendos e JSCP | (1.320.449) | - |
| Incorporação / Cisão em 01.07.13 | (1.098.799) | - |
| Saldo em 30.09.13 | 1.140 | 1.140 |

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Composição dos saldos a pagar:

| | Controladora/Consolidado | |
|---|--------------------------|----------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 |
| Telefônica Internacional | 559.483 | - |
| SP Telecomunicações Participações | 351.172 | - |
| Telefônica | 462.655 | - |
| Compañia de Telecomunicaciones de Chile | 1.109 | - |
| Acionistas não controladores | 972.629 | 467.831 |
| Total | 2.347.048 | 467.831 |

d) Movimentação dos saldos a pagar:

| | Controladora/ Consolidado |
|--|------------------------------|
| Saldo em 31.12.12 | 467.831 |
| Dividendos complementares de 2012 | 3.148.769 |
| JSCP intermediários (líquidos de IRRF) | 374.000 |
| Prescrição de dividendos e JSCP | (59.045) |
| Pagamentos de dividendos e JSCP | (1.584.507) |
| Saldo em 30.09.13 | 2.347.048 |

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

18. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

Em decorrência do processo de reestruturação societária descrito na nota 1c, a Companhia passou a responder pelos passivos de provisões e contingências que antes pertenciam às sociedades incorporadas.

a) Composição das provisões:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Provisões para demandas judiciais e administrativas | | | | |
| Trabalhistas | 898.678 | 598.733 | 898.678 | 717.247 |
| Tributárias | 2.131.391 | 1.336.071 | 2.145.965 | 1.952.050 |
| Cíveis e regulatório | 927.927 | 568.225 | 927.927 | 795.294 |
| Subtotal | 3.957.996 | 2.503.029 | 3.972.570 | 3.464.591 |
| Passivo contingente (a) | 273.944 | 264.520 | 273.944 | 264.520 |
| Provisão para desimobilização (b) | 233.584 | 24.935 | 237.632 | 221.316 |
| Total | 4.465.524 | 2.792.484 | 4.484.146 | 3.950.427 |
| Circulante | 541.835 | 334.852 | 541.835 | 496.790 |
| Não circulante | 3.923.689 | 2.457.632 | 3.942.311 | 3.453.637 |

(a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Part. em 2011.

(b) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolverem aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e a controlada respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controlada, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

b) Movimentação das provisões:

| | Controladora | | | | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|------------------|---------------------|---------------------------|-------------------------------|------------------|
| | Provisões para demandas judiciais | | | Passivo contingente (PPA) | Provisão para desimobilização | Total |
| | Trabalhista | Tributária | Cível e Regulatório | | | |
| Saldos em 31.12.12 - Reapresentado | 598.733 | 1.336.071 | 568.225 | 264.520 | 24.935 | 2.792.484 |
| Ingressos | 275.851 | 29.528 | 142.264 | - | 2.929 | 450.572 |
| Baixas por pagamento | (50.976) | (7.418) | (39.832) | - | - | (98.226) |
| Baixas por reversão | (76.491) | (159) | (48.605) | (2.312) | (2.074) | (129.641) |
| Atualização monetária | 23.688 | 68.416 | 54.756 | 11.736 | - | 158.596 |
| Incorporação / Cisão em 01.07.13 | 127.873 | 704.953 | 251.119 | - | 207.794 | 1.291.739 |
| Saldos em 30.09.13 | 898.678 | 2.131.391 | 927.927 | 273.944 | 233.584 | 4.465.524 |
| Circulante | 88.374 | 1.116 | 452.345 | - | - | 541.835 |
| Não circulante | 810.304 | 2.130.275 | 475.582 | 273.944 | 233.584 | 3.923.689 |

| | Consolidado | | | | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|------------|---------------------|---------------------------|------------------------------|-----------|
| | Provisões para demandas judiciais | | | | | Total |
| | Trabalhista | Tributária | Cível e Regulatório | Passivo contingente (PPA) | Provisão para desmobilização | |
| Saldos em 31.12.12 - Reapresentado | 717.247 | 1.952.050 | 795.294 | 264.520 | 221.316 | 3.950.427 |
| Ingressos | 299.582 | 148.272 | 215.805 | - | 18.848 | 682.507 |
| Baixas por pagamento | (60.160) | (27.491) | (68.603) | - | - | (156.254) |
| Baixas por reversão | (81.944) | (19.549) | (72.975) | (2.312) | (2.664) | (179.444) |
| Atualização monetária | 23.953 | 92.683 | 58.406 | 11.736 | 132 | 186.910 |
| Saldos em 30.09.13 | 898.678 | 2.145.965 | 927.927 | 273.944 | 237.632 | 4.484.146 |
| Circulante | 88.374 | 1.116 | 452.345 | - | - | 541.835 |
| Não circulante | 810.304 | 2.144.849 | 475.582 | 273.944 | 237.632 | 3.942.311 |

18.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

| Natureza/Grau de Risco | Valor envolvido | | | |
|-------------------------|-----------------|----------|-------------|----------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 |
| Provisões prováveis | 898.678 | 598.733 | 898.678 | 717.247 |
| Contingências possíveis | 295.566 | 61.756 | 295.566 | 274.156 |

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referentes a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

18.2 Provisões e Contingências Tributárias

| Natureza/Grau de Risco | Valor envolvido | | | |
|-------------------------|-----------------|-----------|-------------|--------------------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Provisões prováveis | 2.131.391 | 1.336.071 | 2.145.965 | 1.952.050 |
| Contingências possíveis | 15.119.454 | 6.955.316 | 15.284.325 | 13.738.155 |

Provisões tributárias

Tributos Federais

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia mantinha discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) fixas: não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) TFI/TFF sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pela Companhia e controlada; (xi) compensação de FINSOCIAL; (xii) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xiii) COFINS - exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xv) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL). Em 30 de setembro de 2013, os montantes provisionados totalizavam R\$2.037.477 (R\$1.323.434 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$2.052.051 (R\$1.860.803 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Tributos Estaduais

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada mantinham discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) ICMS sobre assinatura de TV; e (v) multa administrativa ambiental. Em 30 de setembro de 2013, os montantes provisionados totalizavam R\$79.915 (R\$36 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e consolidado (R\$67.426 em 31 de dezembro de 2012 no consolidado).

Tributos Municipais

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável. Em 30 de setembro de 2013, os montantes provisionados totalizavam R\$13.999 (R\$12.601 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e consolidado (R\$23.821 em 31 de dezembro de 2012 no consolidado).

As referidas ações versam sobre: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização (TVCF).

Contingências tributárias

Tributos Federais

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 30 de setembro de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$3.178.862 (R\$1.430.670 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$3.188.342 (R\$3.146.736 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; (iii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iv) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) PIS incidente sobre *roaming*; (vi) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; (vii) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (viii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (ix) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (x) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (xi) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xii) IRPJ sobre operações com derivativos; (xiii) IRPJ e CSLL - glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e ágio decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013); e (xiv) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Em 30 de setembro de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$6.895.242 (R\$4.014.790 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$6.974.781 (R\$5.870.365 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) ICMS sobre consumo próprio; (xxi) ICMS sobre isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo; e (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 30 de setembro de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$557.642 (R\$383.397 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$558.919 (R\$544.323 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel (TUM) e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); e (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

Mandados de Segurança impetrados, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$2.092.454 (R\$883.771 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$2.149.108 (R\$1.970.800 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada mantinham ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. Em 30 de setembro de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$617.769 (R\$195.126 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$635.690 (R\$614.314 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (operadoras fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (operadoras móveis), a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e controlada, separadamente, questionam em âmbito judicial a referida taxa. Em 30 de setembro de 2013, os valores envolvidos totalizavam R\$1.775.274 (R\$47.562 em 31 de dezembro de 2012) na controladora com depósito integral e R\$1.775.274 (R\$1.589.479 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, sem o respectivo depósito judicial.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração (PPNUM)

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. Em 30 de setembro de 2013, o valor envolvido totalizava R\$2.211 (R\$2.138 em 31 de dezembro de 2012).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

18.3 Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

| Natureza/Grau de Risco | Valor envolvido | | | |
|-------------------------|-----------------|-----------|-------------|-----------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 |
| Provisões prováveis | 927.927 | 568.225 | 927.927 | 795.294 |
| Contingências possíveis | 3.283.837 | 2.012.725 | 3.283.837 | 2.656.850 |

Provisões cíveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável em 30 de setembro de 2013 foi provisionado o valor de R\$35.590 (R\$31.260 em 31 de dezembro de 2012).
- A Companhia e controlada são parte em demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços. Estas demandas são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministérios Público Estadual e Federal. De igual modo, a Companhia e controlada, também figuram como demandadas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas daquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2013, foi provisionado o montante de R\$447.385 (R\$193.216 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$447.385 (R\$377.649 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.
- A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base para análise da provisão, a estatística da média histórica de condenação para ações semelhantes. Em 30 de setembro de 2013, foi provisionado o montante de R\$86.932 (R\$78.711 em 31 de dezembro de 2012).

Provisões regulatórias

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada figuravam como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. A avaliação de perda destes processos é provável tendo sido constituídas provisões em 30 de setembro de 2013 no montante de R\$358.020 (R\$265.038 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$358.020 (R\$307.674 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Contingências cíveis

- Plano Comunitário de Telefonia (PCT): Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$268.957 (R\$236.236 em 31 de dezembro de 2012). Este processo foi considerado como de risco de perda possível pelos consultores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (FENAPAS), ambas propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia e controlada são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante de R\$1.360.521 (R\$643.432 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$1.360.521 (R\$1.236.312 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.
- A Companhia e controlada vêm recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), para as quais a análise do grau de risco de perda possível efetuada pelos consultores jurídicos representa em 30 de setembro de 2013 um montante de R\$16.245 (R\$7.550 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$16.245 (R\$19.314 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lune), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- Validade de plano pré-pago: A Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para as quais a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de consultores jurídicos.

Contingências regulatórias

- A Companhia e controlada mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível na controladora e consolidada no montante de R\$1.638.114 (R\$989.427 referente à avaliação dos processos administrativos, R\$179.129 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados e R\$469.558 referente à avaliação de outros processos judiciais) em 30 de setembro de 2013 e R\$1.164.988 (sendo R\$1.125.507 na controladora, dos quais R\$903.926 referente à avaliação dos processos administrativos, R\$177.736 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados e R\$43.845 referente à avaliação de outros processos judiciais) em 31 de dezembro de 2012.
- Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

- Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91: trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), por Global Village Telecom Ltda (GVT), Intelig Telecomunicações Ltda (Intelig), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (Claro), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. (TIM), TNL SCS S.A. (Oi) e Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VUM, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos V do artigo 21; e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento; (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VUM e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VUM; e (iii) recomendou a condenação da Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV e o artigo 21, inciso V, todos da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*). Em 7 de novembro de 2012, o Ministério Público Federal proferiu parecer nos mesmos termos da nota da SDE e, em 12 de março de 2013, a Procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) proferiu parecer pelo arquivamento de todas as acusações.

Em 11 de setembro de 2013, o CADE, por unanimidade, concluiu pela inexistência de práticas *price squeeze* e cartel e arquivou o processo.

18.4 Garantias

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|------------------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------|------------------------|---------------------------------|---------------|
| | Imóveis e equipamentos | Depósitos e bloqueios judiciais | Cartas fiança | Imóveis e equipamentos | Depósitos e bloqueios judiciais | Cartas fiança |
| Cíveis, trabalhistas e tributárias | 185.290 | 4.348.946 | 2.169.460 | 185.290 | 4.372.820 | 2.205.519 |
| Total | 185.290 | 4.348.946 | 2.169.460 | 185.290 | 4.372.820 | 2.205.519 |

Em 30 de setembro de 2013, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controlada possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante de R\$56.802 (R\$49.728 em 31 de dezembro de 2012).

19. RECEITAS DIFERIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|----------|-------------|-----------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 |
| Receita de habilitação (a) | 114.033 | 89.367 | 117.086 | 89.367 |
| Serviços e mercadorias (b) | 668.548 | - | 668.548 | 596.907 |
| Alienação de ativos imobilizados (c) | 123.623 | - | 123.623 | 171.174 |
| Subvenções governamentais (d) | 39.198 | 331 | 39.198 | 44.933 |
| Programa de fidelização (e) | 90.682 | - | 90.682 | 82.848 |
| Doações de equipamentos (f) | 12.243 | - | 12.243 | 16.235 |
| Outras receitas | 10.275 | 19.067 | 10.276 | 36.471 |
| Total | 1.058.602 | 108.765 | 1.061.656 | 1.037.935 |
| Circulante | 792.674 | 69.743 | 794.065 | 734.573 |
| Não circulante | 265.928 | 39.022 | 267.591 | 303.362 |

- Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.
- Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, de propriedade da Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.

- e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|-----------------------------|----------------|-----------------------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado | 30.09.13 | 31.12.12 - Reapresentado |
| Retenções de terceiros | 141.681 | 56.929 | 144.010 | 139.120 |
| Valores a restituir a assinantes | 17.402 | 38.742 | 19.256 | 45.627 |
| Obrigações com partes relacionadas | 228.610 | 110.741 | 148.429 | 57.348 |
| Ônus de renovação de licenças | 138.682 | 83.991 | 138.682 | 194.441 |
| Pessoal, encargos e benefícios sociais | 19.359 | 13.179 | 19.359 | 13.224 |
| Outros credores | 52.768 | 30.570 | 56.464 | 38.674 |
| Total | 598.502 | 334.152 | 526.200 | 488.434 |
| | | | | |
| Circulante | 448.765 | 298.476 | 380.497 | 364.618 |
| Não circulante | 149.737 | 35.676 | 145.703 | 123.816 |

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

| Acionistas | Ações Ordinárias | | Ações Preferenciais | | Total Geral | |
|--|--------------------|----------------|---------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Telefônica Internacional S.A. | 58.859.918 | 15,43% | 271.707.098 | 36,52% | 330.567.016 | 29,37% |
| Telefônica S.A. | 97.976.194 | 25,68% | 179.862.845 | 24,17% | 277.839.039 | 24,68% |
| SP Telecomunicações Participações Ltda | 192.595.149 | 50,47% | 29.042.853 | 3,90% | 221.638.002 | 19,69% |
| Telefônica Chile S.A. | 696.110 | 0,18% | 11.792 | 0,00% | 707.902 | 0,06% |
| Total de empresas do grupo | 350.127.371 | 91,76% | 480.624.588 | 64,60% | 830.751.959 | 73,81% |
| Outros acionistas | 31.208.300 | 8,17% | 261.308.985 | 35,12% | 292.517.285 | 25,98% |
| Ações em tesouraria | 251.440 | 0,07% | 2.081.246 | 0,28% | 2.332.686 | 0,21% |
| Total de ações | 381.587.111 | 100,00% | 744.014.819 | 100,00% | 1.125.601.930 | 100,00% |
| Ações em circulação | 381.335.671 | | 741.933.573 | | 1.123.269.244 | |
| Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$: | | | | | | |
| Em 30 de setembro de 2013 | | | | | 38,84 | |
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | | | 39,78 | |

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

b. Prêmio Pago na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/ CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo as despesas capitalizadas no processo foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores na Lemontree e GTR resultou no montante de R\$40.519, registrado nesta rubrica. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$70.448.

c. Reservas de Capital

Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$63.074.

Outras Reservas de Capital

Reserva decorrente do processo de incorporação das *holdings*: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. pela Vivo Part., a qual consequentemente foi registrada na Companhia com a incorporação da Vivo Part. Esta reserva, no montante de R\$47.723, poderá ser utilizada para futuro aumento de capital pela Companhia. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$2.735.930.

Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$112.107.

Em 5 de novembro de 2012, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 31 de outubro de 2012, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80. Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 4 de novembro de 2013, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e nas quantidades máximas de até 2.894.534 ações ordinárias e 24.257.777 ações preferenciais.

d. Reservas de Lucros

Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$1.100.000.

Reserva para Incentivos Fiscais

Esta reserva refere-se ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda calculado com base no lucro de exploração nas áreas incentivadas da SUDAM onde a Companhia atua nos Estados do Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2013 era de R\$1.699.

e. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Intermediários e Propostos

Em 10 de janeiro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos intermediários no montante de R\$1.650.000, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de setembro de 2012, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 21 de janeiro de 2013. O pagamento desses dividendos intermediários teve início em 18 de fevereiro de 2013.

Em 16 de abril de 2013, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos referente ao saldo remanescente do resultado do exercício de 2012 no montante de R\$1.498.769, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 16 de abril de 2013. O valor por ação destes dividendos foi de R\$1,251620356588 e R\$1,376782392246 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente. O pagamento destes dividendos será efetuado até 21 de dezembro de 2013, em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado.

Em 19 de agosto e 19 de setembro de 2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários nos montantes totais brutos de R\$440.000 (R\$374.000 líquidos de imposto de renda retido na fonte) em cada destinação, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de agosto e 30 de setembro de 2013, respectivamente. Os valores por ação líquidos destes juros sobre o capital próprio foram de R\$0,156163540971 e R\$0,171779895069 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente. O pagamento destes juros sobre o capital próprio será efetuado em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|---------------------|-------------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 - Reapresentado |
| Serviço de telefonia | 12.133.493 | 8.970.289 | 19.706.466 | 19.762.532 |
| Uso de rede | 1.580.852 | 715.078 | 2.892.665 | 3.319.069 |
| Dados e SVAs | 6.402.514 | 3.879.953 | 11.945.587 | 10.537.699 |
| Serviços de TV por assinatura | 141.842 | - | 493.226 | 611.752 |
| Outros serviços (a) | 649.686 | 565.559 | 997.067 | 919.924 |
| Venda de mercadorias e aparelhos | 729.926 | - | 2.572.695 | 1.864.505 |
| Receita operacional bruta | 21.638.313 | 14.130.879 | 38.607.706 | 37.015.481 |
| | | | | |
| Tributos | (4.972.423) | (3.234.524) | (9.378.554) | (8.986.831) |
| Descontos e devoluções | (2.103.102) | (1.262.196) | (3.563.957) | (3.016.396) |
| Deduções da receita operacional bruta | (7.075.525) | (4.496.720) | (12.942.511) | (12.003.227) |
| | | | | |
| Receita operacional líquida | 14.562.788 | 9.634.159 | 25.665.195 | 25.012.254 |

(a) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura da Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foram de R\$51.151 e R\$32.663, respectivamente (nota 23).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|---------------------|-------------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 - Reapresentado |
| Depreciação e amortização | (2.131.525) | (1.570.132) | (3.211.107) | (3.044.666) |
| Pessoal | (250.291) | (201.125) | (373.950) | (358.841) |
| Interconexão e uso de rede | (2.660.251) | (2.466.151) | (2.853.050) | (3.037.510) |
| Serviços de terceiros | (1.663.027) | (1.215.702) | (2.771.443) | (2.453.895) |
| Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a) | (557.851) | (35.218) | (1.039.791) | (665.888) |
| Impostos, taxas e contribuições | (444.355) | (126.579) | (1.188.060) | (1.278.297) |
| Ônus de renovação de licenças | (75.345) | (72.656) | (112.153) | (122.054) |
| Outros | (36.644) | (34.378) | (63.346) | (67.625) |
| Total de custos dos serviços prestados | (7.819.289) | (5.721.941) | (11.612.900) | (11.028.776) |
| | | | | |
| Custo das mercadorias vendidas | (468.184) | - | (1.590.711) | (1.255.517) |
| | | | | |
| Total | (8.287.473) | (5.721.941) | (13.203.611) | (12.284.293) |

(a) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura da Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foram de R\$51.151 e R\$32.663 respectivamente (nota 22).

24. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 - Reapresentado |
| Depreciação e amortização | (444.452) | (356.641) | (630.482) | (697.847) |
| Pessoal | (547.795) | (343.147) | (1.004.164) | (1.003.319) |
| Serviços de terceiros | (2.301.076) | (1.266.117) | (3.893.191) | (3.287.608) |
| Provisão para redução ao valor recuperável (nota 4) | (313.128) | (211.155) | (569.342) | (507.740) |
| Aluguéis/seguros/condomínio | (63.430) | (7.622) | (121.589) | (87.439) |
| Publicidade e propaganda | (272.912) | (133.435) | (592.394) | (653.641) |
| Doações e patrocínios | (12.247) | - | (105.214) | (199.189) |
| Outros | (36.774) | (26.696) | (122.865) | (91.535) |
| Total | (3.991.814) | (2.344.813) | (7.039.241) | (6.528.318) |

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|--------------------|-------------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 - Reapresentado |
| Depreciação e amortização | (133.601) | (43.718) | (372.553) | (312.247) |
| Pessoal | (283.919) | (204.475) | (501.438) | (477.229) |
| Serviços de terceiros | (315.140) | (256.547) | (618.573) | (617.459) |
| Aluguéis/seguros/condomínios e outras despesas | (105.521) | (24.978) | (187.629) | (189.500) |
| Total | (838.181) | (529.718) | (1.680.193) | (1.596.435) |

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 - Reapresentado |
| Multas e despesas recuperadas | 148.628 | 129.733 | 251.236 | 289.822 |
| Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas | (466.611) | (318.676) | (560.777) | (465.658) |
| Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a) | 51.111 | 29.370 | 118.584 | 447.628 |
| Outras receitas (despesas) | (33.296) | (14.475) | (60.962) | (80.629) |
| Total | (300.168) | (174.048) | (251.919) | 191.163 |
| Outras receitas operacionais | 237.183 | 227.262 | 430.817 | 925.684 |
| Outras despesas operacionais | (537.351) | (401.310) | (682.736) | (734.521) |
| Total | (300.168) | (174.048) | (251.919) | 191.163 |

- (a) Nos primeiros nove meses de 2013 e 2012, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) alienou um total de 93 e 1.424 torres de transmissão não estratégicas por um total de R\$33.816 e R\$431.978 (líquido dos valores residuais), respectivamente. Após a transação de venda dos ativos, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) efetuou um contrato de aluguel de parte das torres alienadas para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador nas operações de 2012. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 19).

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|--------------------|-------------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 - Reapresentado |
| Receitas financeiras | | | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 299.990 | 53.696 | 431.966 | 183.113 |
| Ganho com operações de derivativos | 227.645 | 76.945 | 378.459 | 173.810 |
| Juros ativos | 72.425 | 115.670 | 157.555 | 146.845 |
| Variações monetárias/cambiais ativas | 203.915 | 134.110 | 269.146 | 257.083 |
| Outras receitas financeiras | 52.747 | 18.216 | 112.555 | 71.139 |
| | <u>856.722</u> | <u>398.637</u> | <u>1.349.681</u> | <u>831.990</u> |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros passivos | (430.178) | (254.948) | (589.351) | (457.781) |
| Perdas com operações de derivativos | (212.134) | (51.882) | (292.442) | (75.941) |
| Variações monetárias/cambiais passivas | (287.361) | (127.718) | (452.330) | (311.206) |
| Pis/Cofins sobre juros sobre o capital próprio | (20.073) | - | (20.073) | - |
| Outras despesas financeiras | (80.783) | (39.751) | (126.503) | (152.989) |
| | <u>(1.030.529)</u> | <u>(474.299)</u> | <u>(1.480.699)</u> | <u>(997.917)</u> |
| Resultado financeiro, líquido | <u>(173.807)</u> | <u>(75.662)</u> | <u>(131.018)</u> | <u>(165.927)</u> |

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controlada provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 30 de setembro de 2013 e 2012.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 - Reapresentado |
| Lucro antes dos tributos | 2.802.688 | 3.224.011 | 3.354.423 | 4.628.160 |
| Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34% | (952.914) | (1.096.164) | (1.140.504) | (1.573.574) |
| <u>Diferenças permanentes e temporárias</u> | | | | |
| Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos | 548.877 | 828.252 | (1.629) | (97) |
| Dividendos prescritos | (3.490) | (21.196) | (3.490) | (21.196) |
| Diferenças temporárias de subsidiárias | | - | | (57.183) |
| Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e juros sobre o capital próprio recebidos | (26.329) | (1.550) | (93.735) | (48.076) |
| Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores | - | - | 238.262 | - |
| Tributos diferidos não reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal e base negativa | - | - | (24.949) | - |
| Resultados abrangentes | 1.971 | - | 2.173 | (2.601) |
| Reversão dos juros sobre o capital próprio destinados | 149.600 | - | 149.600 | - |
| Outras (adições) exclusões | (35.774) | 45.970 | 4.478 | 52.498 |
| Despesa tributária | (318.059) | (244.688) | (869.794) | (1.650.229) |
| Taxa efetiva | 11% | 8% | 26% | 36% |
| IRPJ e CSLL corrente | (2.505) | - | (549.132) | (1.114.642) |
| IRPJ e CSLL diferido | (315.554) | (244.688) | (320.662) | (535.587) |

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 6.2.

29. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012:

| | 2013 | 2012 |
|--|-----------|-----------|
| Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações: | 2.484.629 | 2.979.323 |
| Ordinárias | 791.238 | 948.558 |
| Preferenciais | 1.693.391 | 2.030.765 |
| Número de Ações: | 1.123.269 | 1.123.529 |
| Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período | 381.336 | 381.339 |
| Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período | 741.933 | 742.190 |
| Resultado básico e diluído por ação: | | |
| Ações ordinárias | 2,07 | 2,49 |
| Ações preferenciais | 2,28 | 2,74 |

30. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

30.a) Termos e condições de transações com partes relacionadas:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel: serviços de telecomunicações fixa e móvel prestados as empresas do Grupo da Telefônica;
- b) Aluguel de prédios e vendas de ativos de call center: aluguel de prédios próprios onde está instalada a infraestrutura de call center e venda de bens do ativo imobilizado utilizado para a operação do call center para a Atento Brasil, Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;
- c) Serviços de suporte de centro de tele-atendimento, cobrança, back-office e promotores de vendas: prestados pela Atento Brasil;
- d) Gastos repercutidos: são repassados à Companhia pela Media Networks Latin e Telefônica Peru;
- e) Serviços de TV digital: prestados pela Media Networks Latin;
- f) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança: prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;
- g) Serviços corporativos: são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- h) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas: prestados pela Telefônica Global Technology;
- i) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão: prestados pela Telefônica International Wholesale Brasil, Telefônica International Wholesale Services Espanha e Telefônica Usa;
- j) Serviços de gestão administrativa: serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- k) Serviços de operador logístico, mensageria e motoboy: prestados pela Telefônica Transportes e Logística;
- l) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz: prestados pela Terra Networks Brasil;
- m) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas: prestados para Telefônica International Wholesale Services Espanha e Telefônica Usa;
- n) Serviços de chamada de longa distância e de roaming internacional: prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefônica;
- o) Reembolso de despesas: são provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefônica;
- p) Cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefônica;
- q) Plano de ações: plano de ações aos empregados com a empresa Telefônica; e
- r) Reembolso de gastos referente ao negócio digital para a Telefônica Internacional.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

| | | Balanco Patrimonial - Ativo | | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------------|---------------|----------------------|----------------------------|---------------|----------------------|
| | | 30.09.13 | | | 31.12.12 | | |
| Empresas | Natureza da transação | Ativo circulante | | Ativo não circulante | Ativo circulante | | Ativo não circulante |
| | | Contas a receber, líquidas | Outros ativos | Outros ativos | Contas a receber, líquidas | Outros ativos | Outros ativos |
| | | | | | | | |
| Controladoras | | | | | | | |
| SP Telecomunicações Participações | o) | 23 | 45 | 1.403 | 1 | 19 | 545 |
| Telefónica Internacional | o) | - | - | 17.924 | - | 149 | 17.393 |
| Telefónica | o) / q) | - | 60 | 179 | - | 54 | 137 |
| | | 23 | 105 | 19.506 | 1 | 222 | 18.075 |
| Outras empresas do grupo | | | | | | | |
| Telefónica Usa | m) | 1.728 | - | - | 1.925 | - | - |
| Telefónica Chile | n) | - | 4.482 | - | 5.160 | - | 106 |
| Telefónica de Espanha | n) | 1.102 | - | - | 2.476 | - | - |
| Telefónica Peru | d) / n) | 1.502 | 1.564 | - | 1.764 | 3.216 | 236 |
| Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil | a) / g) / o) | 1.041 | 1.880 | 409 | 556 | 1.915 | 293 |
| Telefónica International Wholesale Services Brasil | a) / g) / o) | 8.510 | 134 | 204 | 641 | 218 | 22 |
| Telefónica International Wholesale Services Espanha | m) | 36.809 | - | - | 7.072 | - | - |
| Telefónica Móviles Espanha | n) | 5.056 | - | - | 3.239 | - | - |
| Telefónica Serviços Empresariais do Brasil | a) / b) / g) / o) | 2.873 | 15.212 | 1.604 | 1.770 | 15.605 | 1.009 |
| Telefónica Transportes e Logística | a) / b) / g) / o) | 592 | 110 | 54 | 206 | 102 | 7 |
| Terra Networks Brasil | a) / g) / o) | 2.972 | 5.682 | 251 | 3.286 | 6.054 | 13 |
| Outras | a) / g) / n) | 23.802 | 4.986 | 469 | 12.926 | 10.701 | 357 |
| | | 85.987 | 34.050 | 2.991 | 41.021 | 37.811 | 2.043 |
| Total | | 86.010 | 34.155 | 22.497 | 41.022 | 38.033 | 20.118 |

| | | Balanco Patrimonial - Passivo | | | | | |
|---|-----------------------|-------------------------------|-------------------|------------------------|-------------------------------|-------------------|------------------------|
| | | 30.09.13 | | 31.12.12 | | | |
| Empresas | Natureza da transação | Passivo circulante | | Passivo não circulante | Passivo circulante | | Passivo não circulante |
| | | Fornecedores e contas a pagar | Outras obrigações | Outras obrigações | Fornecedores e contas a pagar | Outras obrigações | Outras obrigações |
| | | | | | | | |
| Controladoras | | | | | | | |
| SP Telecomunicações Participações | g) / o) | 41.022 | - | 4.886 | 2.685 | 4.028 | 4.689 |
| Telefónica Internacional | o) / r) | 82.327 | - | - | 601 | 1.086 | - |
| Telefónica | p) | 3.815 | 136.872 | 1.018 | 3.168 | 35.162 | - |
| | | 127.164 | 136.872 | 5.904 | 6.454 | 40.276 | 4.689 |
| Outras empresas do grupo | | | | | | | |
| Telefónica Usa | i) | 3.375 | 20 | 123 | 1.051 | 6.680 | 106 |
| Telefónica Chile | n) | - | - | - | 1.577 | - | - |
| Telefónica de Espanha | n) | 1.135 | - | - | 2.158 | - | - |
| Telefónica Peru | n) | - | - | - | 49 | - | - |
| Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil | f) | 2.926 | - | 8 | 3.828 | - | 8 |
| Telefónica International Wholesale Services Brasil | i) | 62.408 | - | 133 | 68.552 | - | 305 |
| Telefónica International Wholesale Services Espanha | i) / n) | 12.436 | 4.827 | - | 869 | 2.342 | - |
| Telefónica Móviles Espanha | n) | 5.077 | - | - | 4.196 | - | - |
| Telefónica Serviços Empresariais do Brasil | j) / o) | 19.061 | - | (650) | 17.783 | 36 | 1.521 |
| Telefónica Transportes e Logística | k) | 31.422 | - | 270 | 32.648 | 272 | 165 |
| Terra Networks Brasil | l) | 929 | 20 | 266 | 1.366 | 19 | 291 |
| Outras | e) / h) / n) | 31.925 | - | 636 | 15.096 | 522 | 116 |
| | | 170.694 | 4.867 | 786 | 149.173 | 9.871 | 2.512 |
| Total | | 297.858 | 141.739 | 6.690 | 155.627 | 50.147 | 7.201 |

| | | Demonstração dos Resultados - Receitas (Custos e Despesas) | | | |
|---|------------------------|--|-------------------|---------------|--------------------|
| | | 2013 | | 2012 | |
| Empresas | Natureza da transação | Receitas | Custos e Despesas | Receitas | Custos e Despesas |
| Controladoras | | | | | |
| SP Telecomunicações Participações | g) / o) | - | (34.238) | - | (4.631) |
| Telefónica Internacional | o) / r) | 1.017 | (85.097) | 6 | 42.663 |
| Telefónica | o) / p) | 2.062 | (225.861) | 3.509 | (107.793) |
| | | 3.079 | (345.196) | 3.515 | (69.761) |
| Outras empresas do grupo | | | | | |
| Atento Brasil | a) / b) / c) | - | - | 41.661 | (825.263) |
| Telefónica Usa | i) / m) | 5.234 | - | 2.465 | (866) |
| Telefónica Chile | n) | 855 | - | - | (801) |
| Telefónica de España | n) | 890 | (1.372) | 3.421 | (2.634) |
| Telefónica Del Peru | d) / n) | 81 | (84) | 2.705 | - |
| Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil | a) / f) / g) / o) | 1.839 | (6.754) | 1.730 | (5.342) |
| Telefónica International Wholesale Services Brasil | a) / g) / i) / o) | 6.176 | (144.983) | 6.941 | (91.516) |
| Telefónica International Wholesale Services Espanha | i) / m) / n) | 33.873 | (21.215) | 14.875 | (10.393) |
| Telefónica Mviles España | n) | 2.312 | (2.736) | - | (2.463) |
| Telefónica Serviços Empresariais do Brasil | a) / b) / g) / j) / o) | 4.033 | (62.837) | 4.266 | (70.420) |
| Telefónica Transportes e Logística | a) / b) / g) / k) / o) | 792 | (62.339) | 809 | (64.102) |
| Terra Networks Brasil | a) / g) / l) / o) | 2.740 | (1.742) | 5.420 | (4.164) |
| Outras | a) / e) / g) / h) / n) | 9.604 | (34.896) | 5.626 | (16.823) |
| | | 68.429 | (338.958) | 89.919 | (1.094.787) |
| Total | | 71.508 | (684.154) | 93.434 | (1.164.548) |

30.b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foi de aproximadamente R\$24.829 e R\$11.745, respectivamente. Destes montantes, R\$22.082 em 30 de setembro de 2013 (R\$10.705 em 30 de setembro de 2012) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$2.747 (R\$1.040 em 30 de setembro de 2012) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (notas 23, 24 e 25).

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

31. SEGUROS

A política da Companhia e controlada, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

| Modalidade | Limites máximos de indenização |
|--|--------------------------------|
| Riscos operacionais (com lucros cessantes) | 1.211.400 |
| Responsabilidade civil geral (RCG) | 21.160 |

32. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e controlada.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Performance Share Plan* (PSP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefónica S.A. e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefónica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do plano é de sete anos. O plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho ("Data de Início") e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início ("Data de Finalização"). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- À permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.

- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2011 e 2012 ocorreram os vencimentos do terceiro e quarto ciclos deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Telefónica Brasil e controlada:

| Ciclos | Nº de ações | Valor unitário em Euros | Data de finalização |
|------------------------------|-------------|-------------------------|---------------------|
| 3º ciclo 1º de julho de 2008 | 186.186 | 8,39 | 30 de junho de 2011 |
| 4º ciclo 1º de julho de 2009 | 169.323 | 8,41 | 30 de junho de 2012 |
| 5º ciclo 1º de julho de 2010 | 173.645 | 9,08 | 30 de junho de 2013 |

Após o vencimento do 3º e 4º ciclos do plano, no mês de julho de 2011 e 2012 foram entregues ao total de executivos da Telefónica Brasil e controlada que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 186.186 e zero ações, respectivamente. No quarto ciclo não foram entregues ações por conta do não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR.

No 5º ciclo não foram entregues ações por conta do não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR.

b) Plano *Performance & Investment Plan* (PIP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de julho de 2011 e se estenderá até 30 de junho de 2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;

- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, obtido através (TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.
- serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído nos dois primeiros ciclos em aberto em 30 de setembro de 2013 é o seguinte:

| Ciclo | Nº de ações | Valor unitário em Euros | Data de Finalização |
|------------------------------|-------------|-------------------------|---------------------|
| 1º ciclo 1º de julho de 2011 | 380.663 | 8,28 | 30 de junho de 2014 |
| 2º ciclo 1º de julho de 2012 | 672.675 | 8,28 | 30 de junho de 2015 |

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* (GESP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefônica Brasil e controlada. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de dezembro de 2014, e está condicionada:

- À permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuem no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em novembro de 2012, e, em 30 de setembro de 2013, o número total de empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias inscritos no Plano totaliza 1.839.

A Companhia e controlada registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, conforme segue:

| <u>Planos</u> | <u>2013</u> | <u>2012</u> |
|---------------|---------------|--------------|
| PSP | 653 | 1.434 |
| PIP | 9.111 | 5.995 |
| GESP | 1.689 | 994 |
| Total | 11.453 | 8.423 |

33. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

| <u>Plano</u> | <u>Tipo ⁽¹⁾</u> | <u>Entidade</u> | <u>Patrocinador</u> |
|--------------|----------------------------|--------------------------|--|
| PBS-A | BD | Sistel | Telefonica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás |
| PAMA / PCE | Assistência Médica | Sistel | Telefonica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás |
| CTB | BD | Telefonica Brasil | Telefonica Brasil |
| PBS | BD/Híbrido | VisãoPrev | Telefonica Brasil e Vivo |
| PREV | Híbrido | VisãoPrev ⁽²⁾ | Vivo |
| VISÃO | CD/Híbrido | VisãoPrev | A. Telecom, Telefonica Data, Telefonica Brasil, Vivo e Visão Prev Companhia de Previdência Complementar |

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

⁽²⁾ Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia e controlada, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia e controlada patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev. A Companhia e controlada participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

| <u>Plano</u> | <u>%</u> |
|--------------------------|----------|
| PBS Telesp | 11,47% |
| PBS Telesp Celular | 10,68% |
| PBS Tele Sudeste Celular | 11,73% |
| PBS Telemig Celular | 6,11% |
| PAMA | 1,5% |

Para os demais empregados da Companhia e controlada, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e controlada são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e controlada para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

A Companhia também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e controlada.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e controlada.

O passivo atuarial registrado pela Companhia e controlada em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 |
| CTB | 49.995 | 50.651 | 49.995 | 50.652 |
| PAMA | 364.800 | 321.717 | 364.800 | 341.617 |
| PREV | 3 | - | 3 | - |
| Total | 414.798 | 372.368 | 414.798 | 392.269 |

Para os planos superavitários, os ativos atuariais líquidos foram registrados pela Companhia e controlada em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no grupo de outros ativos (nota 9).

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e controlada procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2013:

| Controladora | | | | | | | | |
|---|---|------------------|-----------------------|---|--------------------------|---|----------------------|-------------------|
| Valor justo | | | | Custo amortizado | | | | |
| | Mensurados ao valor justo por meio do resultado | Cobertura | Disponível para venda | Empréstimos e recebíveis | Nível 1 Preço de mercado | Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado | Total Valor Contábil | Total Valor Justo |
| Ativos Financeiros | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa (nota 3) | - | - | - | 8.505.037 | - | - | 8.505.037 | 8.505.037 |
| Operações com derivativos (nota 34) | 637 | 60.778 | - | - | - | 61.415 | 61.415 | 61.415 |
| Não Circulante | | | | | | | | |
| Participações societárias (nota 10) | - | - | 134.154 | - | 134.154 | - | 134.154 | 134.154 |
| Operações com derivativos (nota 34) | - | 375.764 | - | - | - | 375.764 | 375.764 | 375.764 |
| Total de ativos financeiros | 637 | 436.542 | 134.154 | 8.505.037 | 134.154 | 437.179 | 9.076.370 | 9.076.370 |
| Controladora | | | | | | | | |
| | Mensurados ao valor justo por meio do resultado | Custo Amortizado | Coberturas | Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado | Total Valor Contábil | Total Valor Justo | | |
| Passivos Financeiros | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1) | - | 1.328.194 | - | - | 1.328.194 | 1.461.748 | | |
| Debêntures (nota 16.2) | - | 734.351 | - | - | 734.351 | 995.710 | | |
| Operações com derivativos (nota 34) | 7.967 | - | 48.499 | 56.466 | 56.466 | 56.466 | | |
| Não Circulante | | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1) | - | 3.588.380 | - | - | 3.588.380 | 3.352.986 | | |
| Debêntures (nota 16.2) | - | 3.562.418 | - | - | 3.562.418 | 3.282.222 | | |
| Operações com derivativos (nota 34) | - | - | 12.407 | 12.407 | 12.407 | 12.407 | | |
| Total de passivos financeiros | 7.967 | 9.213.343 | 60.906 | 68.873 | 9.282.216 | 9.161.539 | | |

| | Consolidado | | | | | | | Total valor contábil | Total valor justo |
|---------------------------------------|--|----------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------------|---|------------------|-------------------------|----------------------|
| | Valor justo | | | Custo amortizado | | Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado | | | |
| | Mensurados ao valor justo por meio do resultado | Cobertura | Disponível para venda | Empréstimos e recebíveis | Nível 1 Preço de mercado | | | | |
| <u>Ativos Financeiros</u> | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa (nota 3) | - | - | - | 8.630.208 | - | - | 8.630.208 | 8.630.208 | |
| Operações com derivativos (nota 34) | 637 | 60.778 | - | - | - | 61.415 | 61.415 | 61.415 | |
| Não Circulante | | | | | | | | | |
| Participações societárias (nota 10) | - | - | 134.154 | - | 134.154 | - | 134.154 | 134.154 | |
| Operações com derivativos (nota 34) | - | 375.764 | - | - | - | 375.764 | 375.764 | 375.764 | |
| Total de ativos financeiros | 637 | 436.542 | 134.154 | 8.630.208 | 134.154 | 437.179 | 9.201.541 | 9.201.541 | |

| | Consolidado | | | | | |
|---|--|---------------------|---------------|---|-------------------------|----------------------|
| | Mensurados ao valor justo por meio do resultado | Custo Amortizado | Coberturas | Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado | Total Valor Contábil | Total Valor Justo |
| | | | | | | |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1) | - | 1.328.194 | - | - | 1.328.194 | 1.461.748 |
| Debêntures (nota 16.2) | - | 734.351 | - | - | 734.351 | 995.710 |
| Operações com derivativos (nota 34) | 7.967 | - | 48.499 | 56.466 | 56.466 | 56.466 |
| Não Circulante | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1) | - | 3.588.380 | - | - | 3.588.380 | 3.352.986 |
| Debêntures (nota 16.2) | - | 3.562.418 | - | - | 3.562.418 | 3.282.222 |
| Operações com derivativos (nota 34) | - | - | 12.407 | 12.407 | 12.407 | 12.407 |
| Total de passivos financeiros | 7.967 | 9.213.343 | 60.906 | 68.873 | 9.282.216 | 9.161.539 |

Em 31 de dezembro de 2012:

| | Controladora | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------------|---|-------------------------|----------------------|
| | Valor justo | | Custo amortizado | | Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado | Total Valor Contábil | Total Valor Justo |
| | Cobertura | Disponível para venda | Empréstimos e recebíveis | Nível 1 Preço de mercado | | | |
| <u>Ativos Financeiros</u> | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa (nota 3) | - | - | 3.079.282 | - | - | 3.079.282 | 3.079.282 |
| Operações com derivativos (nota 34) | 39.197 | - | - | - | 39.197 | 39.197 | 39.197 |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Participações societárias (nota 10) | - | 142.881 | - | 142.881 | - | 142.881 | 142.881 |
| Operações com derivativos (nota 34) | 21.465 | - | - | - | 21.465 | 21.465 | 21.465 |
| Total de ativos financeiros | 60.662 | 142.881 | 3.079.282 | 142.881 | 60.662 | 3.282.825 | 3.282.825 |

| | Controladora | | | | | |
|---|--|---------------------|---------------|---|-------------------------|----------------------|
| | Mensurados ao valor justo por meio do resultado | Custo Amortizado | Coberturas | Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado | Total Valor Contábil | Total Valor Justo |
| | | | | | | |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1) | - | 756.371 | - | - | 756.371 | 806.102 |
| Debêntures (nota 16.2) | - | 702.215 | - | - | 702.215 | 811.919 |
| Operações com derivativos (nota 34) | 455 | - | 8.292 | 8.747 | 8.747 | 8.747 |
| Não Circulante | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1) | - | 582.422 | - | - | 582.422 | 541.622 |
| Debêntures (nota 16.2) | - | 2.253.690 | - | - | 2.253.690 | 2.158.008 |
| Operações com derivativos (nota 34) | - | - | 3.733 | 3.733 | 3.733 | 3.733 |
| Total de passivos financeiros | 455 | 4.294.698 | 12.025 | 12.480 | 4.307.178 | 4.330.131 |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---------------------------------------|----------------|-----------------------|--------------------------|----------------|-----------------------------|--|----------------------|-------------------|
| | Valor justo | | Custo amortizado | | Nível 1 Preço de mercado | Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado | Total valor contábil | Total valor justo |
| | Cobertura | Disponível para venda | Empréstimos e recebíveis | | | | | |
| Ativos Financeiros | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa (nota 3) | - | - | 7.133.485 | - | - | 7.133.485 | 7.133.485 | 7.133.485 |
| Operações com derivativos (nota 34) | 41.109 | - | - | - | 41.109 | 41.109 | 41.109 | 41.109 |
| Não Circulante | | | | | | | | |
| Participações societárias (nota 10) | - | 142.881 | - | 142.881 | - | 142.881 | 142.881 | 142.881 |
| Operações com derivativos (nota 34) | 286.278 | - | - | - | 286.278 | 286.278 | 286.278 | 286.278 |
| Total de ativos financeiros | 327.387 | 142.881 | 7.133.485 | 142.881 | 327.387 | 7.603.753 | 7.603.753 | |

| | Consolidado | | | | | | |
|---|---|------------------|------------------|---------------|--|----------------------|-------------------|
| | Mensurados ao valor justo por meio do resultado | | Custo Amortizado | Coberturas | Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado | Total Valor Contábil | Total Valor Justo |
| | | | | | | | |
| Passivos Financeiros | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1) | - | 1.270.122 | - | - | 1.270.122 | 1.471.265 | |
| Debêntures (nota 16.2) | - | 702.215 | - | - | 702.215 | 811.919 | |
| Operações com derivativos (nota 34) | 470 | - | 29.116 | 29.586 | 29.586 | 29.586 | |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1) | - | 3.774.461 | - | - | 3.774.461 | 3.600.090 | |
| Debêntures (nota 16.2) | - | 2.253.690 | - | - | 2.253.690 | 2.158.008 | |
| Operações com derivativos (nota 34) | - | - | 26.545 | 26.545 | 26.545 | 26.545 | |
| Total de passivos financeiros | 470 | 8.000.488 | 55.661 | 56.131 | 8.056.619 | 8.097.413 | |

Hierarquia de valor justo

A Companhia e controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e controlada não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e controlada é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e controlada administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e controlada podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e controlada incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controlada estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e controlada são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2013, 18,5% (19,9% em 31 de dezembro de 2012) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia e controlada contratam operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.212.933 em 30 de setembro de 2013 e R\$1.586.711 em 31 de dezembro de 2012). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$59.928 mil e €1.177 mil a pagar em 30 de setembro de 2013 e US\$16.130 mil e €4.140 mil a pagar em 31 de dezembro de 2012) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e controlada virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controlada investem o excesso de disponibilidade de R\$8.579.325 (R\$7.039.181 em 31 de dezembro de 2012), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e controlada não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e controlada estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 16, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controlada são efetuados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e controlada monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a carteira de clientes da Companhia e controlada não apresentavam registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia e controlada também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e controlada atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e controlada têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia e controlada mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e controlada calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

A Companhia e controlada firmaram contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e controlada não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

| | | Consolidado | | | | | | |
|-----------------------------|------------|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------|----------|----------|
| | | Valor de referência (nacional) | | Valor justo | | Efeito acumulado | | |
| Descrição | Indexador | 30.09.13 | 31.12.12 | 30.09.13 | 31.12.12 | Valor a receber (a pagar) | 30.09.13 | 31.12.12 |
| Contratos de swaps | | | | | | | | |
| Ponta Ativa | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira | | 1.622.445 | 1.520.371 | 2.152.344 | 1.923.089 | 408.464 | 305.301 | |
| Citibank | US\$ | 181.230 | 181.230 | 233.459 | 216.270 | 54.431 | 39.617 | |
| Votorantim | US\$ | 2.464 | 7.744 | 3.370 | 9.311 | - | - | |
| Banco do Brasil | US\$ | 258.900 | 258.900 | 361.951 | 326.263 | 56.058 | 38.576 | |
| Bradesco | US\$ | 471.414 | 415.464 | 600.879 | 519.481 | 45.716 | 32.931 | |
| Itaú | US\$ | 78.433 | 22.520 | 75.797 | 22.239 | 10 | - | |
| JP Morgan | US\$ | 443.207 | 443.207 | 614.154 | 579.331 | 184.212 | 142.065 | |
| Bradesco | EUR | 6.361 | 2.613 | 6.325 | 2.613 | - | - | |
| Itaú | EUR | 903 | 9.160 | 903 | 9.159 | - | - | |
| Bradesco | LIBOR US\$ | 179.533 | 179.533 | 255.506 | 238.422 | 68.037 | 52.112 | |
| Taxa Pré | | | | | | | | |
| | | 500.000 | - | 515.615 | - | (1.315) | - | |
| Bradesco | PRÉ | 100.000 | - | 103.441 | - | (135) | - | |
| HSBC | PRÉ | 100.000 | - | 102.678 | - | (341) | - | |
| Itaú | PRÉ | 300.000 | - | 309.496 | - | (839) | - | |
| Taxa pós | | | | | | | | |
| | | 510.842 | - | 500.424 | - | 4.699 | - | |
| Bradesco | CDI | 7.183 | - | 7.213 | - | 254 | - | |
| Itaú | CDI | 3.659 | - | 3.686 | - | 340 | - | |
| HSBC | TJLP | 100.000 | - | 97.905 | - | 781 | - | |
| Citibank | TJLP | 200.000 | - | 195.810 | - | 1.873 | - | |
| Santander | TJLP | 100.000 | - | 97.905 | - | 770 | - | |
| Itaú | TJLP | 100.000 | - | 97.905 | - | 681 | - | |
| Índices de inflação | | | | | | | | |
| | | 72.000 | 72.000 | 102.543 | 96.249 | 24.016 | 22.086 | |
| Itaú | IPCA | 72.000 | 72.000 | 102.543 | 96.249 | 24.016 | 22.086 | |
| Ponta Passiva | | | | | | | | |
| Taxa pós | | (2.514.912) | (1.412.838) | (2.636.805) | (1.509.659) | (65.276) | (55.545) | |
| Citibank | CDI | (381.230) | (181.230) | (380.505) | (180.418) | (7.540) | (3.765) | |
| Votorantim | CDI | (2.464) | (7.744) | (7.169) | (21.336) | (3.800) | (12.025) | |
| Banco do Brasil | CDI | (258.900) | (258.900) | (305.894) | (287.686) | - | - | |
| HSBC | CDI | (200.000) | - | (201.515) | - | (1.374) | - | |
| Bradesco | CDI | (577.775) | (418.077) | (631.937) | (463.910) | (32.630) | (26.273) | |
| Itaú | CDI | (551.336) | (103.680) | (567.360) | (105.893) | (4.584) | (333) | |
| Santander | CDI | (100.000) | - | (98.337) | - | (1.203) | - | |
| JP Morgan | CDI | (443.207) | (443.207) | (444.088) | (450.416) | (14.145) | (13.149) | |
| Moeda estrangeira | | (190.375) | (179.533) | (265.809) | (238.422) | (2.282) | (586) | |
| Bradesco | LIBOR US\$ | (179.533) | (179.533) | (255.506) | (238.422) | (2.282) | (586) | |
| Bradesco | EUR | (3.769) | - | (3.614) | - | - | - | |
| Bradesco | US\$ | (3.414) | - | (3.344) | - | - | - | |
| Itaú | US\$ | (3.659) | - | (3.345) | - | - | - | |
| Ponta ativa | | | | | | 437.179 | 327.387 | |
| Ponta passiva | | | | | | (68.873) | (56.131) | |
| Valores a receber, líquidos | | | | | | 368.306 | 271.256 | |

a) Swaps de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.754.183) – operações de swap contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$1.700.890).

b) Swap de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$131.818) – operações de swaps contratadas com vencimentos até 28 de novembro de 2013, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$133.638 em dólar e R\$3.545 em Euro).

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$102.543) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$102.543).

d) *Swap* TJLP x CDI (R\$491.628) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R\$505.822).

e) *Swap* PRÉ x CDI (R\$516.928) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2013 com o objetivo de reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 30 de setembro de 2013:

| Contrato de <i>swap</i> | Vencimento em | | | | Valor a receber (pagar) em 30.09.13 |
|-------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|-------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 em diante | |
| Moeda Estrangeira x CDI | 41.160 | 17.419 | 189.509 | 99.030 | 347.118 |
| VOTORANTIM | - | (3.800) | - | - | (3.800) |
| BRABESCO | (9.207) | (16.277) | 5.295 | 99.030 | 78.841 |
| JP MORGAN | - | (14.145) | 184.214 | - | 170.069 |
| BANCO DO BRASIL | 56.058 | - | - | - | 56.058 |
| CITIBANK | (2.491) | 51.641 | - | - | 49.150 |
| ITAÚ | (3.200) | - | - | - | (3.200) |
| CDI x Moeda Estrangeira | 594 | - | - | - | 594 |
| ITAÚ | 340 | - | - | - | 340 |
| BRABESCO | 254 | - | - | - | 254 |
| PRÉ x CDI | (1.315) | - | - | - | (1.315) |
| ITAÚ | (839) | - | - | - | (839) |
| HSBC | (341) | - | - | - | (341) |
| BRABESCO | (135) | - | - | - | (135) |
| TJLP x CDI | 790 | (670) | (3.120) | 893 | (2.107) |
| CITIBANK | 389 | (112) | (1.150) | 486 | (387) |
| HSBC | 205 | (223) | (680) | 105 | (593) |
| SANTANDER | 92 | (112) | (610) | 197 | (433) |
| ITAÚ | 104 | (223) | (680) | 105 | (694) |
| IPCA x CDI | 278 | 23.738 | - | - | 24.016 |
| ITAÚ | 278 | 23.738 | - | - | 24.016 |
| Total | 41.507 | 40.487 | 186.389 | 99.923 | 368.306 |

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia e controlada adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foi de R\$581 e R\$2.188, respectivamente.

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, as operações com derivativos geraram resultados positivos consolidados de R\$86.017 e R\$90.370, respectivamente, conforme nota 27.

Em 30 de setembro de 2013 temos os saldos consolidados de R\$437.179 registrado no ativo e R\$68.873 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

| Consolidado | | Provável | Deterioração 25% | Deterioração 50% |
|---|---|-------------|------------------|------------------|
| Operação | Risco | | | |
| Hedge (ponta ativa) | Derivativos (Risco desvalorização US\$) | 1.212.933 | 1.521.953 | 1.833.356 |
| Dívida em US\$ | Dívidas (Risco valorização US\$) | (1.212.933) | (1.521.953) | (1.833.356) |
| | Exposição Líquida | - | - | - |
| Hedge (ponta ativa) | Derivativos (Risco desvalorização EUR) | 3.430 | 4.288 | 5.145 |
| Contas a pagar em EUR | Contas a pagar EUR (Risco valorização EUR) | (14.341) | (17.927) | (21.512) |
| Contas a receber em EUR | Contas a pagar EUR (Risco desvalorização EUR) | 10.796 | 13.495 | 16.194 |
| | Exposição Líquida | (115) | (144) | (173) |
| Hedge (ponta ativa) | Derivativos (Risco desvalorização US\$) | 128.204 | 159.686 | 191.631 |
| Contas a pagar em US\$ | Dívida (Risco valorização US\$) | (163.839) | (204.798) | (245.758) |
| Contas a receber em US\$ | Dívida (Risco desvalorização US\$) | 30.200 | 37.750 | 45.300 |
| | Exposição Líquida | (5.435) | (7.362) | (8.827) |
| Hedge (ponta ativa) | Derivativos (Risco queda IPCA) | 98.815 | 99.512 | 100.230 |
| Dívida em IPCA | Dívidas (Risco aumento IPCA) | (98.815) | (99.512) | (100.230) |
| | Exposição Líquida | - | - | - |
| Hedge (ponta ativa) | Derivativos (Risco queda UMBND) | 541.782 | 689.772 | 843.296 |
| Dívida em UMBND | Dívidas (Risco aumento UMBND) | (537.079) | (683.773) | (835.947) |
| | Exposição Líquida | 4.703 | 5.999 | 7.349 |
| Hedge (ponta ativa) | Derivativos (Risco queda TJLP) | 489.524 | 529.293 | 567.280 |
| Dívida em TJLP | Dívidas (Risco aumento TJLP) | (489.524) | (529.293) | (567.280) |
| | Exposição Líquida | - | - | - |
| Hedge (ponta CDI) | Derivativos (Risco Aumento CDI) | | | |
| Hedge USD (ponta passiva) | Derivativos (Risco Aumento CDI) | (941.460) | (940.736) | (940.042) |
| Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa) | Derivativos (Risco Aumento CDI) | (139.148) | (139.139) | (139.130) |
| Hedge UMBND (ponta passiva) | Derivativos (Risco Aumento CDI) | (458.216) | (465.557) | (472.109) |
| Hedge TJLP (ponta passiva) | Derivativos (Risco Aumento CDI) | (491.628) | (492.290) | (492.892) |
| Hedge PRÉ (ponta passiva) | Derivativos (Risco Aumento CDI) | (516.928) | (516.928) | (516.928) |
| Hedge IPCA (ponta passiva) | Derivativos (Risco Aumento CDI) | (78.527) | (78.719) | (78.907) |
| | Exposição Líquida | (2.625.907) | (2.633.369) | (2.640.008) |
| Exposição líquida total em cada cenário | | (2.626.754) | (2.634.876) | (2.641.659) |
| Efeito líquido na variação do valor justo atual | | - | (8.122) | (14.905) |

Premissas para a Análise de Sensibilidade

| Variável de Risco | Provável | Deterioração 25% | Deterioração 50% |
|-------------------|----------|------------------|------------------|
| US\$ | 2,2300 | 2,7875 | 3,3450 |
| EUR | 3,0116 | 3,7645 | 4,5174 |
| IPCA | 5,84% | 7,30% | 8,76% |
| CDI | 8,71% | 10,89% | 13,07% |
| UMBND | 0,0436 | 0,0545 | 0,0654 |
| URTJLP | 1,9741 | 2,4676 | 2,9611 |

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2013, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

35. COMPROMISSOES E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controlada alugam equipamentos, instalações e diversas lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 30 de setembro de 2013, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R\$6.138.213 e R\$9.519.833, na controladora e consolidado, respectivamente.

Estes compromissos com aluguel de lojas, prédios administrativos e *sites* sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes prazos:

| | Controladora | Consolidado |
|-----------------------|------------------|------------------|
| Até um ano | 918.295 | 1.157.949 |
| Um ano até cinco anos | 3.221.473 | 4.619.093 |
| Mais de cinco anos | 1.998.445 | 3.742.791 |
| Total | 6.138.213 | 9.519.833 |

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários

Em 18 de outubro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários, sendo: i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$538.000, equivalente a R\$0,449283342474 por ação ordinária e R\$0,494211676721 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$457.300, equivalente a R\$0,381890841103 por ação ordinária e R\$0,420079925213 por ação preferencial; e ii) dividendos no montante de R\$746.000, equivalente a R\$0,622983965587 por ação ordinária e R\$0,685282362145 por ação preferencial.

Estes juros sobre o capital próprio e dividendos foram apurados com base no lucro apurado no balanço de 30 de junho de 2013, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2013. O pagamento destes juros sobre o capital próprio e dividendos será iniciado em 26 de novembro de 2013 e serão creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 31 de outubro de 2013, inclusive.

Programa de desligamento voluntário

Buscando a otimização dos processos e atividades de suas diversas áreas, com o objetivo de enfrentar os desafios atuais do mercado em que atua, e em continuidade ao processo de integração empresarial iniciado em 2011, a Companhia lançou em 18 de outubro de 2013, um plano de reestruturação que prevê a adesão voluntária de seus colaboradores a um programa de desligamento. Neste programa são oferecidas condições especiais de saída aos colaboradores que optarem pela adesão. Estas condições são compatíveis com as melhores práticas do mercado, e incluem, dentre outros, a extensão temporária dos benefícios de plano de saúde, o pagamento de indenização proporcional ao tempo de serviço e a disponibilização de assistência especializada em recolocação no mercado de trabalho.

O objetivo da Companhia é atingir o volume de aproximadamente 600 colaboradores e o valor total do programa está estimado em R\$72,9 milhões, **que serão** apropriados no resultado operacional, como despesas com pessoal.